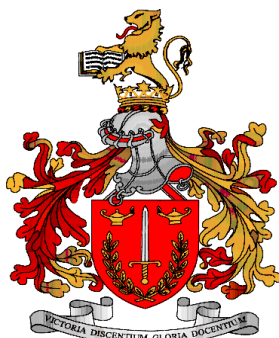


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**André Oliveira Serra**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Trabalho de Projecto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

## **A comunicação social e a actividade policial:**

As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político

Orientador

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais**

Lisboa, 26 de Abril de 2012



**André Oliveira Serra**

**A comunicação social e a actividade policial:**

As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais.

À pessoa mais importante da minha  
vida...

## **Agradecimentos**

Começo, antes de mais, por agradecer aos orientadores, à Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia Pais e ao Sr. Subintendente Felgueiras, por tudo o que me ensinaram, por estarem sempre disponíveis para esclarecer qualquer dúvida, pelo constante acompanhamento do trabalho desenvolvido, e, acima de tudo, por o terem feito com grande dedicação, empenho e rigor.

Ao ISCPSI, aos Oficiais, aos Professores, ao Quadro Orgânico e a todos que contribuíram para a minha formação ao longo destes cinco anos que mudaram a minha vida.

Ao GIRP, na pessoa do Comissário Castro, pela disponibilidade e colaboração na elaboração desta dissertação, especialmente pela menção da existência da base CISION, a qual acabou por ser uma ferramenta essencial na pesquisa das notícias.

Ao 24º CFOP, pela camaradagem, pela amizade, e por todos os agradáveis momentos passados neste Instituto e fora dele.

À Sabrina, por seres a razão e a força que me impele a ultrapassar todos os obstáculos e por me proporcionares os melhores momentos da minha vida

A toda a minha família, pelo apoio, carinho e motivação demonstrados ao longo da minha vida e em especial nestes últimos cinco anos.

A todos, muito obrigado.

## Resumo

Os órgãos de comunicação social (OCS) são cada vez mais uma parte integrante da vida em sociedade. Estes têm a capacidade de criar realidades através dos conteúdos transmitidos nas suas notícias e de condicionar a percepção dos seus telespectadores sobre quais os assuntos tidos como socialmente relevantes. A influência da informação transmitida pelos OCS sobre as pessoas e o seu comportamento tem sido alvo de intensa investigação académica. O Estado Português é a entidade responsável por garantir a segurança dos seus cidadãos, função essa delegada nas suas polícias. Uma das muitas tarefas da PSP é a de garantir a ordem e a tranquilidade públicas da sociedade que serve. Para muitas pessoas, a única forma de contactar e se informar sobre a actividade policial é através dos OCS.

Como tal, foi realizado este estudo exploratório sobre as notícias transmitidas pelos canais televisivos (RTP1, SIC e TVI), no contexto do policiamento de grandes eventos de cariz político. Através da análise de conteúdo, tentou-se perceber que tipo de informação é disponibilizada por estes OCS, fornecendo uma grelha que facilita a compreensibilidade dos conteúdos transmitidos.

Palavras-chave: mass media; comunicação social; polícia; policiamento; grandes eventos.

## **Abstract**

The mass media are an increasingly integral part of life in society. They have the capacity of creating realities through the contents transmitted in their news and to condition the perception of its viewers about what subjects are regarded as socially relevant. The influence of information transmitted by the media on people and their behavior has been the subject of intense academic research. The Portuguese State is the entity responsible for ensuring the safety of its citizens, function which is delegated in their police forces. One of the many PSP's tasks is to ensure public order and tranquility of the society it serves. For many people, the only way to contact and inform themselves about the police activity is through the media.

As such, this exploratory study was carried out on the news transmitted by television channels (RTP1, SIC e TVI), in the context of policing in major political events. Through content analysis, was made an attempt to understand what kind of information is made available by these media channels, providing a grid that facilitates the comprehensibility of the transmitted contents.

Keywords: mass media; social communication; police; policing; major events.

## Índice

Índice de Anexos .....	VIII
Introdução.....	1
I – Enquadramento Teórico.....	4
1. Órgãos de Comunicação Social.....	4
1.1. Teorias da Comunicação .....	4
1.1.1. Teoria hipodérmica.....	4
1.1.2. A Abordagem empírico-experimental ou «da persuasão» .....	6
1.1.3. Teorias do <i>two step</i> e <i>multi step of communication</i> .....	7
1.1.4. Teoria do agendamento e <i>Gatekeeping</i> .....	9
1.1.5. Do agendamento ao <i>Framing</i> .....	15
1.2. A notícia.....	16
1.2.1. A teoria do espelho .....	17
1.2.2. Teoria organizacional.....	18
1.2.3. Teorias construtivistas: a estruturalista e a interaccionista .....	20
1.2.4. Fontes.....	22
1.2.5. Os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia .....	24
1.3. A Televisão .....	27
1.3.1. Características .....	27
1.3.2. O telejornal.....	30
1.3.3. Limitações do jornalismo televisivo .....	32
1.4. Jornalismo realizado pelo cidadão ( <i>citizen journalism</i> ) .....	34
2. A Polícia de Segurança Pública .....	35
2.1. Definição conceptual.....	35
2.2. A manutenção da ordem pública.....	37
2.3. A Polícia de Segurança Pública e os Órgãos de Comunicação Social .....	39
3. Formulação do Problema de Investigação .....	41
II - Método.....	43

1. Abordagem Qualitativa.....	43
2. <i>Corpus</i> .....	43
3. Instrumento: Análise de conteúdo.....	44
4. Procedimento.....	46
III - Apresentação e discussão dos resultados .....	50
IV - Conclusões.....	58
Referências.....	62
ANEXOS.....	68



## **Índice de Anexos**

ANEXO 1. Quadro de distribuição de notícias.....	69
ANEXO 2. Pedido de autorização para consulta da base CISION .....	71
ANEXO 3. Quadro categorial .....	72
ANEXO 4. Resultados obtidos da codificação das notícias .....	79
ANEXO 5. Resultados obtidos da codificação dos rodapés das notícias.....	80
ANEXO 6. Tipos de imagens .....	81
ANEXO 7. Resultados obtidos da contabilização das imagens das notícias .....	83
ANEXO 8. A espiral do silêncio .....	84

## Introdução

A comunicação é algo inerente não só ao Homem como a todas as espécies animais existente no mundo. Existe sempre a necessidade de partilhar informação, experiências e emoções com as outras pessoas. Como afirma Sousa (2006, pp.21-22, negrito do autor) **“ao Homem é impossível não comunicar** como também, para o Homem, o mundo é **cheio de significados** e só é inteligível e compreensível porque lhe atribuímos significados e o interpretamos”.

O processo de comunicação pressupõe a troca de mensagens codificadas por gestos, sons ou imagens, num determinado contexto, e através de um determinado canal, que vai gerar uma resposta cognitiva no receptor dessa mensagem, partindo do pressuposto de que associa os mesmos significados aos mesmos estímulos.

A comunicação é assim indispensável à vivência em sociedade, sendo esta a razão pela qual todas as pessoas sentem a necessidade de estarem informadas sobre o que se passa no seu meio social e no resto do mundo. Aqui os meios de comunicação de massa (*mass media*) desempenham um papel essencial na partilha de informação, configurando a nossa realidade, uma vez que transmitem informações sobre acontecimentos inacessíveis através da nossa experiência directa. Contudo, como é impossível transmitir todos os acontecimentos que ocorrem no mundo, os órgãos de comunicação social (OCS) seleccionam apenas alguns, difundindo uma representação da realidade e condicionando a percepção da realidade do seu público.

Foi com a criação da imprensa que começaram a ser escritas as primeiras notícias sobre os acontecimentos quotidianos. Se nessa altura as notícias apenas se cingiam aos acontecimentos ao nível local ou nacional, hoje, século XXI, tal já não acontece, chegando à casa de todas as pessoas notícias de todos os cantos da Terra. Já em 1922 “Walter Lippmann (...) argumentava que os meios de comunicação social (essencialmente a imprensa nesse momento histórico) eram a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens desses acontecimentos na nossa mente” (Traquina, 2001, p.21). Não é então de estranhar por que razão a forma como a informação é transmitida pelos OCS e qual o seu efeito no comportamento humano tem gerado intensos debates.

Tendo em conta que para muitas pessoas as notícias fornecidas pelos OCS são a única forma de contacto com a realidade exterior, importa estudar de que forma essa informação é transmitida e perceber se existem distorções ou enviesamentos da realidade que condicionem a forma como essas mesmas pessoas irão construir o seu pensamento, especialmente no que toca à actuação policial. Deste modo, foi

desenvolvido um trabalho de investigação empírica sobre a percepção transmitida pelos OCS da actuação policial em grandes eventos de cariz político. O nosso trabalho está dividido em quatro partes.

Na primeira parte será analisado o estado da arte em matéria de comunicação. Neste contexto, serão exploradas e analisadas as várias teorias da comunicação existentes, como parte da fundamentação teórica. Sem esta análise seria de todo impossível compreender as notícias, uma vez que, desde o acontecimento que dá origem à notícia até à sua criação e posterior transmissão, existe todo um processo que altera a essência do acontecimento. Dificilmente as notícias transmitem a realidade uma vez que “as notícias ajudam a construir a própria realidade” (Traquina, 2001, p.28).

Uma vez que os OCS neste trabalho são os canais televisivos, importa analisar as características da notícia televisiva. A televisão possui uma arma muito forte que a destaca dos outros meios de informação: a possibilidade de transmissão de imagens. “A imagem (fotografia, desenho, gráfico, imagens animadas), melhora a memorização da informação” (Jespers, 1998, p. 47) e também faz com que as pessoas estejam mais atentas à televisão do que aos outros meios de comunicação. Contudo, as notícias televisivas produzem informação fragmentada e por vezes descontextualizada, condicionando a produção de conhecimento do seu público. A veracidade e a qualidade da notícia poderá também ser alterada pela procura incessante “de maximizar o impacto dos anúncios publicitários que são a principal fonte de rendimento desse media” (Jespers, 1998, p.38). As próprias notícias sobre a polícia e a sua actividade tendem a ser desvirtuadas para provocar a adesão do público, onde maioritariamente são vistas imagens dos elementos policiais em acção, numa tentativa de responder “às pulsões inconscientes (...) do público” (Jespers, 1998, p.38).

Para que se possa analisar o conteúdo das notícias sobre o policiamento de grandes eventos de cariz político, é necessário também explorar o universo policial e a própria definição de grande evento. Para além da habitual definição legalista da instituição policial, foi explorada a actuação da Polícia de Segurança Pública (PSP), tendo em conta a sua missão de manutenção da ordem e tranquilidade pública, assim como a sua relação com os OCS.

A segunda parte deste trabalho consiste na explanação do método utilizado no estudo empírico. Este estudo tem um carácter exploratório, uma vez que não existiram questões de partida nem hipóteses para posterior confirmação ou infirmação. Como tal, foi desenvolvida uma abordagem qualitativa, onde “o investigador está preocupado com uma compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo” (Freixo, 2011, p.146). É também apresentada a definição do nosso *corpus*, qual o instrumento utilizado (a análise de conteúdo), assim como todo o procedimento adoptado ao longo do estudo.

Numa terceira parte, apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos através da análise do conteúdo do nosso *corpus*.

Por último, tendo em conta os resultados obtidos, são extraídas algumas conclusões finais, procurando-se relacionar os nossos resultados com a fundamentação teórica existente, de modo a produzir inferências sustentadas e válidas.

## **I – Enquadramento Teórico**

### **1. Órgãos de Comunicação Social**

#### **1.1. Teorias da Comunicação**

As teorias da comunicação actualmente existentes são o resultado de muitos anos de estudo dos meios de comunicação de massas, principalmente com “o desenvolvimento exponencial dos *media*, e em particular dos chamados *mass media*, a partir dos finais do século XIX, que chamou a atenção para a necessidade de uma «pesquisa em comunicação» (*communication research*)” (Serra, 2007, p.2). Ao longo dos anos, foram sendo criadas teorias nos diversos campos da comunicação, desde as que abordam OCS específicos, como a imprensa ou a televisão, até às que abordam as relações entre a sociedade e os meios de comunicação de massa (Wolf, 2001). Neste trabalho não se pretende uma exaustiva exploração de todas essas teorias, uma vez que seria “não só difícil mas porventura também insensata qualquer tentativa para se conseguir uma síntese satisfatória e exaustiva” (Wolf, 2001, p.13).

Não serão abordadas todas as teorias existentes sobre os meios de comunicação de massa, até porque não é esse o nosso objectivo. Apenas as de maior relevância e interesse para o nosso estudo serão exploradas, seguindo uma ordem cronológica tanto quanto possível, uma vez que certas teorias foram criadas em espaços temporais sobrepostos, “«contaminando-se» e «descobrimo-se» reciprocamente, acelerando ou modificando o desenvolvimento global do sector” (Wolf, 2001, p.22). A presente selecção tem como objectivo a criação de uma bagagem intelectual teórica que permita a correcta e eficaz colocação das questões de investigação a que se pretende dar resposta.

##### **1.1.1. Teoria hipodérmica**

“O momento inaugural dos «estudos de comunicação» se situa na criação em Leipzig, em 1916, pelo economista político Karl Bücher, do primeiro Instituto para o Estudo dos Jornais (*Institut für Zeitungskunde*)” (Serra, 2007, p.64). Foi graças a este economista e ao seu instituto que verdadeiramente se começou a olhar com atenção para os OCS e se tentou perceber qual o seu papel na sociedade. Contudo, é nos Estados Unidos da América que “surge então o primeiro paradigma dos estudos dos «efeitos» dos *media*, a teoria hipodérmica” (Traquina, 2000, p.15). As primeiras teorias estabelecidas sobre as comunicações de massa, onde se insere a referida teoria, centravam-se no estudo e compreensão dos efeitos produzidos por estas nas pessoas.

A teoria hipodérmica surge numa época muito conturbada e de grande agitação social, situada entre as duas grandes guerras mundiais, onde dominavam na Europa os regimes totalitários. Nesta altura a sociedade encontrava-se frágil e passível de partilhar uma ideologia generalizada, criando a ideia de massa e a possibilidade de se desenvolverem muitos comportamentos idênticos.

Segundo Wolf (2001), esta é uma teoria sobre a propaganda, especialmente sobre as guerras, que tem por base um pressuposto *behaviourista* de estímulo/resposta, e sendo entendida como possuidora de um poder ilimitado de manipulação. Cada pessoa que fosse “alvo” da comunicação de massas seria atingida por uma mensagem da qual não conseguiria escapar, tendo em conta a sua integração na sociedade de massa, onde “todas as pessoas eram membros idênticos de uma audiência de massas que respondia de forma igual a todos os estímulos mediáticos” (Traquina, 2000, p.15). Esta teoria tem por base o pressuposto de que as pessoas ao serem expostas à propaganda ficariam imediatamente afectadas, produzindo uma resposta correspondente ao objectivo inicial dos criadores dessa propaganda, ou seja, conseguiriam gerar comportamentos previsíveis. Seria desta forma atribuída a capacidade manipuladora dos meios de comunicação na formação de opiniões públicas.

Numa segunda fase, Lasswell (in Wolf, 2001) propõe um novo modelo, ainda baseado no modelo *behaviourista* mas sendo muito mais abrangente porque tenta definir que tipos de estímulos produzem certo tipo de respostas. Este teórico passa a estudar com maior profundidade “quem” emite a mensagem, “o que diz”, ou seja o conteúdo da mensagem, “que canal” é utilizado, o qual merece um estudo cuidadoso porque existem diversos suportes com características muito específicas que os diferenciam, e “com que efeito”, isto é, qual o efeito produzido na sociedade (Wolf, 2001). “O modelo de Lasswell foi pensado para descrever os actos de comunicação mediada através de um *mass medium* (meio de comunicação social)” (Sousa, 2006, p.80).

Contudo, o ser humano possui uma vontade própria e cada pessoa é única devido às suas experiências pessoais, influenciando a sua maneira de pensar e de agir. Cada um irá reagir de maneira diferente perante um mesmo estímulo. Este aspecto não é levado em conta por esta teoria, que continua a subestimar o papel do receptor na filtragem e interpretação das mensagens, razão pela qual ela é superada. Tal como tantas outras teorias e modelos, o modelo de Lasswell não era perfeito e tem as suas críticas. Contudo, não nos podemos esquecer de que este surgiu numa altura onde os estudos da comunicação eram ainda embrionários. “Independentemente das críticas, o modelo de Lasswell é bastante pertinente, constituindo, ainda hoje um bom auxiliar para o estudo da comunicação.” (Sousa, 2006, p.80).

### **1.1.2. A Abordagem empírico-experimental ou «da persuasão»**

Nesta abordagem existem duas vertentes distintas, uma empírica e outra psicológica experimental, que se completam e superam por completo os pressupostos da teoria hipodérmica. Apesar de ainda incidir sobre o processo de estímulo/resposta da anterior, esta coloca em evidência a parte mais complexa “dos elementos que entram em jogo na relação entre emissor, mensagem e destinatário (...), [apontando] para o estudo da sua eficácia persuasiva óptima” (Wolf, 2001, p.34). Apesar desta teoria ter sido criada através do estudo dos efeitos dos OCS “numa situação de campanha (eleitoral, informativa, propagandística, publicitária, etc.)” (Wolf, 2001, p.35), a mesma refere certos aspectos importantes para a nossa investigação como o facto de ser “possível obter efeitos relevantes, se as mensagens forem adequadamente estruturadas” (Wolf, 2001, p.34), e considera também que “persuadir os destinatários é um objectivo possível, se a forma e a organização da mensagem forem adequadas aos factores pessoais que o destinatário activa quando interpreta a própria mensagem” (Wolf, 2001, p.34).

De acordo com esta teoria, as diferenças dos efeitos obtidos prendem-se com as diferenças psicológicas individuais da pessoa que recebe a mensagem (o interesse, a exposição selectiva, a percepção selectiva e a memorização selectiva) e com os factores relativos à própria mensagem (em função do comunicador, da ordem de argumentação, da integralidade das argumentações e da explicitação das conclusões).

Cada pessoa possui os seus próprios interesses e apenas irá dedicar a sua atenção ao conteúdo de uma mensagem se essa lhe interessar. Contudo, este interesse também está directamente relacionado com a sua exposição ao tema. Se uma pessoa nunca ouviu falar de um determinado assunto é normal que não se interesse muito por ele. “Se aqueles que manifestam interesse por determinado assunto, o fazem depois de a ele terem sido expostos, aqueles que se mostram desinteressados e desinformados, fazem-no porque nunca foram expostos à informação referente a esse mesmo assunto” (Wolf, 2001, p.37). Outro aspecto importante é o modo como cada pessoa, mesmo que esteja interessada na mensagem, a irá interpretar. Cada pessoa gera a sua própria interpretação da mensagem que pode transformar o seu significado, por vezes, até radicalmente (Wolf, 2001). O último factor que pode modificar os efeitos de uma mensagem numa pessoa prende-se com a sua memória. Se uma pessoa se interessa por um assunto, terá maior tendência para memorizar os aspectos que estão de acordo com a sua opinião do que os contrários, que rapidamente se desvanecem da memória.

No que concerne aos factores relacionados com a mensagem, a escolha do emissor é o aspecto que possui maior relevância, devido à credibilidade que lhe possa estar

associada. “A mesma mensagem, consoante o emissor seja mais ou menos credível aos olhos do receptor, tende a ser mais ou menos persuasiva” (Sousa, 2006, p.497).

Relativamente à ordem de argumentação do tema (expor primeiro os argumentos a favor ou contra), não existem respostas totalmente esclarecedoras se o de facto mencionar primeiro um ou outro irá influenciar a recepção da mensagem, ou seja, se as pessoas tomam mais atenção aos argumentos iniciais ou finais. Tal acontece devido à influência de outras variáveis que são difíceis de explicitar devidamente (Wolf, 2001).

A questão da integralidade das argumentações surge com um estudo de Hovland, Lumsdaine e Sheffield (in Sousa, 2006), os quais estudaram se as pessoas se tornavam mais receptivas consoante apenas fosse exposta uma ou várias perspectivas sobre o tema da mensagem (Wolf, 2001). Estes estudiosos chegaram à conclusão de que depende do tema, uma vez que nuns casos é melhor apenas expor uma perspectiva e noutros as pessoas são mais facilmente persuadidas se forem apresentadas várias.

Finalmente, quanto a explicitar as conclusões de uma mensagem no final da sua apresentação, também não existem conclusões definitivas. Contudo, segundo Sousa (2006), a necessidade de explicar tais conclusões depende do nível de instrução dos receptores. Conforme ela seja maior ou menor, também terá de haver uma maior ou menor explicação. Assim, relativamente a esta teoria poderá ser afirmado que “o perfil psicológico e a educação tornam as pessoas mais ou menos resistentes à persuasão” (Sousa, 2006, p.498).

### **1.1.3. Teorias do *two step* e *multi step of communication***

As teorias do *two step* e *multi step of communication* inserem-se na chamada “abordagem empírica de campo ou «dos efeitos limitados»” (Wolf, 2001, p.46), e marcam o momento em que se abandona o estudo das teorias que afirmam que os OCS conseguem provocar efeitos directos no seu público, uma vez que as pessoas passam a ser parte do problema. Abandona-se a anterior premissa de que as pessoas não passam de elementos passivos e sem discernimento próprio.

Estas teorias continuam a ter um carácter experimental, inserindo-se, no entanto, no âmbito sociológico, uma vez que estudam a influência do contexto social na relação entre os OCS e o seu público. O problema central continua a ser o estudo dos efeitos. Porém, enquanto na teoria hipodérmica se discutia o poder manipulador e na teoria psicológica-experimental no poder persuasivo da comunicação social, as referidas teorias falam de “influência e não apenas da que é exercida pelos mass media, mas da influência mais geral que «perpassa» nas relações comunitárias e de que a influência das comunicações de massa é só uma componente, uma parte” (Wolf, 2001, p.47). Assim, a relação causal



entre a propaganda e a “manipulação da audiência” é posta de parte e passa-se a estudar as “dinâmicas sociais” que existem entre os dois.

Foi graças aos estudos levados a cabo por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, reunidos na obra *The people's choice: how the voter makes his mind in a presidential campaign* (in Sousa, 2006, p.495), que foi possível concluir que os OCS “estão longe de ter um poder quase ilimitado sobre as pessoas”. Existe um patamar intermédio entre os OCS e o público, onde actua a influência de agentes mediadores (Sousa, 2006). Os autores apresentam uma nova teoria, denominada “fluxo de comunicação em dois níveis” (*two step flow of communication*), na qual sugerem que “as influências transmitidas pelos meios de comunicação de massa alcançam primeiro os «líderes de opinião» e que estes, por sua vez, transmitem o que lêem e ouvem a grupos que lhes são próximos na sua vida quotidiana, e sobre os quais exercem influência” (Katz, 2002, p.61).

Esta teoria mostra que a influência dos meios de comunicação já não é ilimitada, pelo contrário está limitada a um processo de selecção, dependente da credibilidade do comunicador e das opiniões prévias dos receptores. Os OCS deixam de ser o centro das atenções porque se percebe que já não são os únicos que influenciam as pessoas. Também o próprio público começa a ser estudado porque lhe é reconhecida a sua capacidade de selecção. “As pessoas não só se expõem aos conteúdos dos meios de maneira selectiva, como também os percebem de maneira selectiva e - aqui estava a novidade - tendem a memorizar, essencialmente, a informação que mais se adequa às suas ideias” (Sousa, 2006, p.496). Sendo esta uma teoria ainda centrada no estudo dos efeitos, afirma Berelson em 1948 que “certos tipos de *comunicação*, em certos tipos de *questões*, levados à atenção de certos tipos de *pessoas*, sob certas *condições*, produzem certos tipos de *efeitos*” (Berelson, cit. in Beltrão, 1986, p.191, *itálicos do autor*).

Contudo, importa referir que o estudo que teve na base da formulação desta teoria abordou o decorrer de uma campanha eleitoral e que apesar de alargar o âmbito de estudo além dos OCS, continua a ter falhas e a não conseguir analisar o fenómeno da comunicação na sua totalidade porque, por exemplo, apenas se concentra nos efeitos comportamentais e a curto prazo (Serra, 2007). A relação entre os OCS e o seu público revela-se muito mais complexa, o que obriga à reformulação do anterior modelo, passando a denominar-se “fluxo de comunicação em múltiplas etapas (*multi-step*)” (Sousa, 2006, p.496). Os estudos realizados vieram comprovar que afinal os meios de comunicação não eram tão poderosos como se pensava, chegando-se inclusive à conclusão de que as pessoas não eram assim tão influenciadas pela propaganda, pelo contrário, muitas nem lhe prestavam a devida atenção porque sabiam que não passava disso mesmo, propaganda.

“Verificou-se assim uma inversão total de posições em relação à teoria hipodérmica inicial: não só a avaliação da consistência dos efeitos é diferente como também, e mais significativamente, a lógica do efeito é oposta” (Wolf, 2001, p.54). Enquanto na anterior teoria existia uma dinâmica simples de estímulo/resposta, nesta nova teoria, é analisado todo o ambiente social em que as pessoas vivem, nomeadamente, desde a personalidade, às interações e os grupos de referência de cada um (Wolf, 2001).

Os estudos e teorias até agora mencionados alertam-nos para a complexidade da investigação em comunicação contudo, estes centram-se nos efeitos a curto prazo. Surgem então novos teóricos que continuam a estudar os efeitos produzidos nas pessoas mas desta vez a longo prazo. Assim, abandona-se o estudo de casos singulares (como as campanhas eleitorais), deixa-se de se extrair dados (essencialmente, de entrevistas feitas ao público), e deixa-se de se observar e avaliar as mudanças de atitudes e de opinião, para se passar à cobertura global de todo o sistema dos OCS (Neumann, in Wolf, 2001). Uma das primeiras teorias que versa sobre os efeitos a longo prazo é a teoria do agendamento (*agenda-setting*).

#### **1.1.4. Teoria do agendamento e *Gatekeeping***

“O que nós sabemos, pensamos e acreditamos sobre o que acontece no mundo, fora da nossa experiência pessoal, é modelado e alguns até dirão orquestrado, pelo modo como estes acontecimentos são reportados nos jornais e comunicados através da rádio e televisão” (Fields, 2006, p.3).

Muitos foram os estudos realizados em torno da teoria do agendamento (*agenda-setting*) que tenta explicar de que modo os OCS estruturam a realidade noticiosa. Ao influenciar e condicionar a atenção dada a cada tema, estes influenciam o seu público e moldam a sua percepção da realidade. Como tal, a nossa abordagem desta teoria incidirá sobre o estudo do agendamento, da escolha dos temas que incorporam a discussão pública e não na sua capacidade de produção de efeitos cognitivos nas pessoas.

Esta teoria, criada na década de 1970 por Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), continua a versar sobre os efeitos provocados pelos OCS mas agora numa perspectiva de longo prazo, ou seja, tenta examinar o papel dos OCS na formação e mudança do conhecimento. Tendo sido criada a partir de um estudo elaborado nos Estados Unidos da América, durante a campanha eleitoral para a presidência em 1968, baseou-se numa amostra de 100 eleitores, utilizando o método de inquérito por entrevista, antes das eleições. Os autores puderam concluir que os eleitores, aos quais foram colocadas várias questões sobre as suas preocupações políticas e como o Governo poderia actuar, partilhavam as mesmas ideias e opiniões que os OCS. Esta conclusão despoletou a

formulação da hipótese do agendamento dos meios de comunicação de massa. A mesma conclusão pôde ser observada em estudos posteriores com Iyengar e Simon (cit. in Miller, 2007, p.690), em que “efeitos de agendamento foram observados em todas as formas de cobertura dos meios de comunicação de massa, quer em estudos experimentais quer em estudos com base em questionários (...). Estes efeitos foram observados em problemas locais e nacionais”. Os estudos mostram que as pessoas habitualmente referem problemas ou acontecimentos das notícias, quando se pronunciam sobre os males actuais da sociedade e da política.

O principal pressuposto desta teoria prende-se, pois, com a ideia de “que os meios de comunicação têm a capacidade (não intencional nem exclusiva) de agendar temas que são objecto de debate público em cada momento” (Sousa, 2006, p.501). Os OCS têm a capacidade de fragmentar a realidade e seleccionar apenas alguns fragmentos, convertendo-os em notícias. Assim, acabam por decidir o que apresentar ao seu público e, como tal, aquilo sobre o qual este deve ter opinião e discutir. Como afirmou Cohen (cit. in Traquina, 2000, p.17) sobre a imprensa em 1963, esta “pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar”. Do mesmo modo, afirma Saperas (1993, p.56) que “os meios de comunicação, através da sua capacidade para estabelecerem uma agenda pública, não determinam o que as pessoas pensam, mas aquilo sobre que pensam”. Tal acontece porque quanto maior é a cobertura mediática dada a um determinado tema, maior é a probabilidade de ser considerado importante pela opinião pública (McCombs & Shaw, 1972), tendo em conta que os OCS são “a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens desses acontecimentos na nossa mente” (Lippmann in Traquina, 2000, p.17).

Como foi referido anteriormente, esta teoria surgiu no início da década de 1970 e desde então intensificaram-se os estudos sobre a mesma, com o objectivo de “testar a hipótese teórica avançada por McCombs e Shaw, ou seja, a de uma relação causal entre a agenda jornalística [ou agenda mediática] e a agenda pública” (Traquina, 2000, p.31). Desenvolvendo esta hipótese, Rogers, Dearing e Bregman (in Traquina, 2000) defendem que o processo de agendamento é constituído por três componentes: a “agenda mediática”, a “agenda pública” e a “agenda da política governamental”. Para uma melhor compreensão passaremos a explicar estes conceitos.

O estudo da agenda mediática (*media agenda-setting*) pressupõe a análise do conteúdo das notícias produzidas pelos OCS, especialmente sobre as que se referem a temas da actualidade. Aqui desde logo se levanta a questão de saber quais são os temas da actualidade? Entre aquilo que chega ao público e a quantidade de informação que está ao dispor dos jornalistas e seus directores existe uma grande diferença. O

estabelecimento dos temas que marcam a actualidade pelos OCS depende de certos profissionais, os quais são chamados de *gatekeepers* (guardas do portão).

Cascais (2001, p.98) define os *gatekeepers* como sendo “instituições ou indivíduos que estabelecem ou fiscalizam normas e valores ou que seleccionam e decidem o que deve ser impresso, difundido, produzido pelos *media*”. Foi White que em 1950 desenvolveu empiricamente o conceito, com o intuito de investigar como se processa o fluxo de notícias dentro dos canais organizacionais dos OCS. Assim, as possíveis notícias têm de passar por diversos portões (*gates*), isto é, áreas de decisão em que o jornalista, funcionando como um guarda, vai escolher se a matéria que a constitui tem interesse ou não (Traquina, 2002). Este processo é repetido entre diversos *gatekeepers*, chefes do jornalista que elaborou a notícia, até chegar ao topo, ao elemento que “tem a seu cargo a selecção das notícias nacionais e internacionais que aparecerão na primeira página e seu posterior desenvolvimento nas páginas interiores, bem como a sua composição” (White, 1999, p.143).

De acordo com a enorme quantidade de informação disponível, White (1999) procurou compreender quais eram os processos determinantes na selecção das notícias. Este chegou à conclusão de que o método de selecção e filtragem das notícias era condicionado pelas preferências e distorções subjectivas do *gatekeeper*, aliadas à sua experiência e às regras e rotinas profissionais enraizadas no trabalho jornalístico (Traquina, 2002). Contudo, o único guarda do portão que tem completa autonomia na sua selecção será o editor de cada OCS, uma vez que é ele que decide e define quais as linhas editoriais que terão de ser seguidas pelos restantes membros e jornalistas da empresa. Como afirma Wolf (2001, p.181), “o carácter individual da actividade do *gatekeeper* é ultrapassado, acentuando-se, em particular, a ideia da selecção como processo hierarquicamente ordenado”.

Seguiram-se diversos estudos mais aprofundados sobre as funções do *gatekeeper*, em que alguns “põem em causa as conclusões de White” (Traquina, 2001, p.37). Um desses autores foi Gieber (cit. in Traquina, 2001, p.38), que conclui “que o factor predominante no trabalho jornalístico era o peso da estrutura burocrática da organização e não as avaliações pessoais do jornalista”. Outros autores consubstanciam a função desempenhada pelo guarda do portão, como DeGeorge (in Saperas, 1993), que afirma que os “guardas do portão” definem os acontecimentos que são mediatizados consoante algumas variáveis como a extensão, a importância e o grau de conflitualidade. São estes tipos de controlo da informação que actuam na escolha das notícias que são seleccionadas e dessas quais as que são mais aprofundadas, porque “o processo de *gatekeeping*, além de reduzir o número de notícias, também reduz os conteúdos das mesmas” (Sousa, 2006, p.217). Este processo de selecção, apesar de ser altamente

discrecionário, torna-se necessário porque é sabido que a quantidade de espaço ou de tempo disponível a cada OCS é limitado, enquanto a quantidade de material com potencial para se tornar notícia é vasto (McCarthy et al., 1996).

O controlo da informação pelo *gatekeeper* representa o ponto fulcral da construção da agenda mediática. Ao seleccionar as notícias que chegam ao público, este detém um enorme poder porque consegue estabelecer a agenda mediática, a qual vai influenciar quais os temas debatidos pela opinião pública.

Não podíamos abandonar esta temática sem antes falar do processo de produção de notícias (o *newsmaking*). Como afirma Wolf (2001, p.188) a abordagem do *newsmaking* “articula-se, principalmente, dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos. As conexões e relações entre os dois aspectos constituem o ponto central deste tipo de pesquisa”. Uma notícia só é produzida quando existe algo, algum acontecimento que tenha importância e que mereça ser noticiado, quer porque tem interesse público, quer porque irá captar a atenção do público. “A constituição de um acontecimento ou de uma questão (a tradução utilizada neste artigo para o termo inglês *issue*) em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento ou questão, constituí-los como tema de discussão” (Traquina, 2000, p.20). Contudo é difícil distinguir o que torna um acontecimento tema de debate público, se o acontecimento em si ou a sua notícia, isto porque “enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento” (Traquina, 2000, p.26).

Deste modo, o *gatekeeper* irá escolher os temas que irão ser notícia com base num “conjunto de critérios, de relevância que definem a noticiabilidade (*newsworthiness*) de cada acontecimento, isto é, a sua «aptidão» para ser transformado em notícia” (Wolf, 2001, p.189). Os critérios que são escolhidos para filtrar quais os acontecimentos que são tornados notícia, dependem do OCS, da sua linha editorial e do seu público-alvo. Assim, “a percepção do que é tido por noticiável e a produção da notícia implicam o recurso a quadros de experiência, assentes em modos de tipificar rotineiramente reproduzidos” (Correia, 2004, p.32). Esta temática será melhor aprofundada no ponto 1.2.5, quando for abordado o processo de produção da notícia, onde se enquadram os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia (*news-values*).

Resumidamente, pode-se dizer que existem vários requisitos que determinam se uma informação ou um acontecimento se pode traduzir em mais-valia enquanto notícia. “Tudo o que não corresponde a esses requisitos é «excluído», por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional” (Wolf, 2001, p.190).

Voltando à teoria do agendamento, a agenda do público (*public agenda-setting*) é caracterizada por McCarthy, Smith e Zald (1996, p.293) como sendo “o conjunto de acontecimentos aos quais é conferida importância pelo público em geral e por públicos

mais restritos”. Ou seja, quais os temas mais discutidos e mais importantes para as pessoas. Os referidos públicos mais restritos são constituídos por movimentos sociais e organizações cívicas (de negócios, religiosas, de caridade, etc.) que lutam pela atenção do público para os assuntos e matérias que defendem. Assim, a agenda do público centra-se no estudo da opinião pública, ou seja, no estudo dos “processos pelos quais membros de comunidades, grupos, ou colectividades desenvolvem opiniões partilhadas de eventos, objectos ou acontecimentos” (McCarthy et al., 1996, p.294).

Segundo Traquina (2000, p.18), “a maior parte dos estudos que constituem a literatura do agendamento examina a relação entre a agenda mediática e a agenda pública”. Diversos autores estudaram esta temática e chegaram à conclusão de que existe uma relação positiva entre estas duas agendas, onde os problemas que mais mereciam a atenção do público ao longo dos anos coincidiam com aqueles que eram mais mediatizados pelos OCS. Esta relação foi observada sobretudo por Funkhouser graças ao seu estudo diacrónico de 10 anos (Traquina, 2000). Page e Shapiro (in McCarthy e tal. 1996), chegaram também à conclusão de que a fonte da informação ou quem a transmitia, pode desencadear uma opinião positiva ou negativa no público (a temática das fontes será abordada mais à frente no nosso trabalho, no ponto 1.2.4).

Para McCombs (cit. in Traquina, 2000, p.38), não existem dúvidas de que “os atributos enfatizados pelo campo jornalístico [leia-se agenda mediática] podem influenciar directamente a direcção da opinião pública”. Contudo, como afirmam McCarthy et al. (1996, p.295, *italico do autor*), “os *media* podem influenciar muito sobre *que assuntos* as pessoas falam mas, não determina *como* as pessoas pensam sobre esses assuntos”.

Por fim, temos a última agenda que integra o processo de agendamento, a da política governamental (*policy agenda-setting*), cujos estudos se centram na “agenda das entidades governamentais” (Traquina, 2000, p.18), ou seja, analisam as acções e medidas tomadas pelos actores políticos na produção de políticas públicas. A questão que se coloca é: que assuntos integram a política governamental e chegam aos actores políticos? Muitos são os problemas e assuntos que possivelmente podem integrar qualquer uma das agendas até agora mencionadas. Contudo, não é possível atender a todos as matérias. Existe uma evolução desde as agendas pública e mediática, onde são incluídos os assuntos que atingiram um elevado grau de atenção e interesse pelo público, até à agenda governamental, onde apenas são discutidos os temas que os decisores políticos consideram ser de grande importância (McCarthy et al., 1996). Os *gatekeepers* desta última agenda são escassos e o seu acesso restrito. Como tal, torna-se difícil conseguir fazer chegar um assunto à agenda política. McCarthy et al. (1996) afirmam que a melhor altura para fazer chegar um tema às elites, é durante os períodos eleitorais, uma vez que aumenta o debate público de matérias políticas.

As três agendas mencionadas estão directamente relacionadas e influenciam-se mutuamente, conforme o esquema criado por Rogers, Dearing e Bregman (in Traquina, 2000). Contudo, tendo por base este esquema, Traquina (2000) apresenta um novo onde existe uma maior relação entre as agendas e que, segundo Sousa (2008, p.10), apresenta uma maior correspondência com a realidade, uma vez que “evidencia como as diferentes agendas se inter-influenciam, sendo permeáveis, ademais, aos acontecimentos do mundo real, que também influem nas acções dos diferentes agentes sociais que procuram, com a sua acção, concorrer para o estabelecimento das diferentes agendas”. Este novo esquema apresenta-se mais completo porque enquadra o campo político e o campo jornalístico na relação das agendas.

Importa salientar a inclusão do campo jornalístico através do modelo de categorização tripartido de Molotch e Lester (1999), onde existem: os promotores de notícias (*news promoters*), que estão enquadrados na agenda da política governamental e identificam um acontecimento como sendo especial logo, passível de ser noticiado; os produtores de notícias (*news assemblers*), que constroem as notícias a partir do que é fornecido pelos promotores e as difundem, constituindo assim a agenda mediática; e, por fim, os consumidores de notícias (*news consumers*), como sendo os receptores finais da notícia e como tal pertencendo à agenda pública.

Graças a este modelo podemos observar que todos os indivíduos entram no ciclo de produção, transmissão e recepção da notícia. Uma vez que cada pessoa tem o seu lugar numa destas três categorias, e tendo em conta que as agendas se influenciam mutuamente, podemos afirmar que o próprio público influencia que tipos de temas são abordados pelas notícias. Daqui advém a razão de existirem diferentes tipos de público para diferentes tipos de jornais, ou canais de televisão, ou rádios.

Não podíamos abandonar as agendas sem antes as relacionarmos com o nosso trabalho. Iyengar e Kinder (cit. in Traquina, 2000, p.34), ao estudarem as campanhas eleitorais nos EUA, chegaram à conclusão de que a “influência da agenda jornalística (nomeadamente a cobertura televisiva) é particularmente importante para os cidadãos «com recursos e habilidades políticas limitadas» (...) [tendo em conta que] quanto mais o espectador está afastado do mundo dos acontecimentos públicos, mais forte é o poder de agendamento dos noticiários televisivos”. Facilmente se nota o poder das notícias televisivas uma vez que quando alguém não tem conhecimentos suficientes sobre um assunto, irá mais facilmente acreditar na primeira coisa que lhe disserem sobre tal.

Os estudos de Behr e Iyengar (cit. in Traquina, 2000, p.36) focam uma importante conclusão, em que segundo estes, “as «estórias» noticiosas não são igualmente eficazes a moldar a agenda pública: a notícia de abertura no noticiário televisivo tem maior impacto na percepção pelo cidadão da importância da questão”. Além da saliência dada

às notícias, “o noticiário televisivo [também] influencia clara e decisivamente as prioridades que as pessoas associam a vários problemas nacionais” (Iyengar & Kinder, cit. in Traquina, 2000, p.36).

A teoria do agendamento, como tantas outras, possui algumas limitações e podem ser-lhe apontadas algumas críticas. Apesar do pressuposto desta teoria se prender com o facto de as pessoas serem alvo de um processo de agendamento que condiciona quais os temas em voga no seu dia-a-dia, “já em 1976 McCombs considerou que o agendamento nem sempre funciona em relação a todas as questões e pessoas” (Traquina, 2000, p.33). As pessoas são mais influenciáveis quando não estão por dentro dos assuntos e não possuem outras informações além das que são fornecidas pelos OCS. Isto resulta da “necessidade de orientação” das pessoas para determinados assuntos que desconhecem (Traquina, 2000). Se pelo contrário uma pessoa estiver bem informada, já não irá sofrer tanto os efeitos do agendamento.

Uma das grandes críticas apontadas à teoria do agendamento é atestada por Neuman, Just e Crigler (in Sousa, 2006), que afirmam que a agenda mediática raramente aborda temas que sejam importantes para a vida das pessoas, gerando uma importante discordância entre a agenda mediática e a agenda pública. Na maioria das vezes, os OCS centram a sua atenção nas particularidades do dia-a-dia, “enquanto as pessoas estão, de facto, interessadas nos grandes temas, como a guerra e a paz, ou a eventual falência do «estado social», ou, então, estão interessadas nos temas que lhes interessam directamente, como formas práticas de obter maior longevidade, saúde, prazer e segurança” (Sousa, 2006, p.505). No mesmo sentido se direcciona o pensamento do jornalista José Rodrigues dos Santos (1992, p.100) ao afirmar que “em determinadas circunstâncias a agenda estabelecida pelos meios de comunicação de massas é diferente da agenda do público”.

Com a nossa abordagem da teoria do agendamento, foi possível apresentar os seus pontos centrais e de que modo se relaciona com as notícias. Todavia, como afirma Traquina (2000, p.39) “após vinte e cinco anos, a teoria do agendamento alimenta uma multiplicidade de linhas de investigação que se estendem em direcções cada vez mais distantes da premissa inicial”.

#### **1.1.5. Do agendamento ao *Framing***

Cerca de 20 após o seu estudo inicial, os autores da teoria do agendamento McCombs e Shaw (1993, p.62, *italico dos autores*), reconhecem que “o agenda-setting é consideravelmente mais do que a clássica asserção [de Cohen] de que as notícias nos dizem *sobre o que pensar*. As notícias também nos dizem *como pensar nisso*”.



Uma das maneiras de explicar tal facto é através do conceito de enquadramento (*framing*), que foi pela primeira vez utilizado por Erving Goffman (in Traquina, 2000), na explicação dos mecanismos utilizados pelo ser humano para enquadrar e melhor compreender a realidade social. Basicamente, quando o *framing* é utilizado, ocorre uma mudança na forma como uma situação é apresentada, ou seja, como se o problema fosse apresentado com diferentes “molduras” (*frames*), diferentes pontos de vista, cujo resultado se observa na alteração da importância dada aos pormenores, em que pode ocorrer ou não uma mudança de opinião. Segundo Correia (2004, p.32) “a construção da notícia implica a utilização de enquadramentos, *frames*, como quadros de experiência que desempenham uma função estruturante dos fluxos comunicacionais e auxiliam o seu utilizador a localizar, perceber, identificar e classificar um número infinito de ocorrências”.

Um estudo realizado por Druckman (2001) mostra uma limitação deste efeito, a credibilidade da fonte. As suas conclusões mostram que o efeito de *framing* só ocorre se a fonte for credível. Assim, um assunto apresentado por alguém conhecido e credível terá maiores probabilidades de ser aceite pelo público. No que toca à notícia, esta é construída utilizando diversos enquadramentos, de modo a torná-la mais “atraente” e mais facilmente aceite. Para tal, segundo Gamson e Mogliani (cit. in Traquina, 2000, p.29), são utilizadas “as metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas (*catchphrases*), as descrições e as imagens (filme, fotografia, caricatura)”. Os próprios noticiários da televisão estão repletos de “metáforas, de chavões e de outros dispositivos simbólicos que constituem uma forma rápida de sugerir a narrativa subjacente” (Traquina, 2000, p.29). Na construção da notícia, principalmente na televisiva, os jornalistas tentam fazer com que o público rapidamente identifique a informação principal e que o façam da maneira que eles querem. Para que tal se torne ainda mais credível, são utilizados pivôs, pessoas influentes, especialistas e peritos na apresentação da informação para dar maior credibilidade à notícia. Também em certos casos são convidados comentadores ou especialistas, sabendo-se de antemão que vão defender uma certa perspectiva, pois é essa perspectiva que interessa passar para a discussão pública.

## **1.2. A notícia**

No subcapítulo anterior foram abordadas algumas das teorias mais relevantes que versam sobre o processo de comunicação de acontecimentos considerados importantes para a sociedade. Segundo Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke, e Roberts (1999, p.228) “os *media* definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos”. Tudo isto acontece através da elaboração e

consequente distribuição de notícias para o público quer sejam escritas, radiofónicas ou televisivas. Mas o que é, na verdade, a notícia? Como é construída? E como são uns acontecimentos escolhidos para se transformarem em notícia e outros não? Para responder a estas perguntas é necessário analisar o processo de produção das notícias, desde as teorias que estão na sua base até à escolha dos elementos que a constituem.

Para Sousa (2002, p.3) “uma notícia é um artefacto linguístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem factores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico”, que contém informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural, sendo difundida pelos OCS. Fontcuberta (1999, p.7), também partilha da opinião de que a notícia é construída, uma vez que “não existe no estado «puro» na natureza”, e que as notícias se tratam de “produtos manipulados pelo homem, de representações da realidade, tanto quanto ela permite ser representada e com engenho e a arte que o homem em cada momento e situação encontra para o fazer” (1999, p.7-8). Cascais (2001, p.140), define a notícia de uma outra forma, dizendo que se trata de um “texto relativamente curto ou conjunto breve de imagens que representam um acontecimento, respondendo às questões de referência pertinentes no caso (quem, onde, quando, o quê, como, porquê)”. Simplificando, “a notícia é um género, um modo distinto de escrever e relatar experiências” (Weaver, 1999, p.294).

Estas definições elucidam-nos sobre o que é uma notícia mas não respondem a todas as perguntas colocadas anteriormente, constituindo-se o cerne e o motivo pelo qual foram realizados tantos estudos na área do jornalismo. Todos eles tentaram ou “tentam responder à questão de saber porque as notícias são como são” (Traquina, 2002, p.74), originando uma variedade de teorias, se é que assim se podem chamar. Também Sousa (2002, p.2) afirma que “a notícia é o fenómeno que deve ser explicado e previsto pela teoria do jornalismo e, portanto, qualquer teoria do jornalismo deve esforçar-se por delimitar o conceito de notícia”. Ou seja, o centro de qualquer teoria do jornalismo é a definição do que é a notícia.

Mais uma vez não é nosso objectivo criar uma listagem de teorias e explicações das notícias. Todavia torna-se necessário explorar o processo de elaboração das notícias enquanto meio de transmissão de informação.

### **1.2.1. A teoria do espelho**

Esta teoria é a mais antiga existente no meio jornalístico e a que aborda o tema da maneira mais simples, concebendo o jornalista como alguém desinteressado na

produção da notícia. Como afirma Sousa (2002, p.4), “as notícias são vistas como o espelho da realidade, conforme a ideologia profissional clássica dos jornalistas”. Assim, a notícia apresenta-se como uma simples representação da realidade, onde o jornalista não emite quaisquer opiniões pessoais e é completamente isento, ou seja, “não tem interesses específicos a defender, que o desviem da sua missão de *informar, procurar a verdade*, contar o que aconteceu, *doar a quem doar*, (...) [em que] as notícias são como são porque a realidade assim as determina” (Traquina, 2002, p.74, *italico do autor*).

Ao defender a premissa de que o jornalista é completamente isento na elaboração da notícia, esta teoria legitima o trabalho jornalístico porque enaltece os valores e o *ethos* profissional, tornando-a completamente inatacável aos olhos da comunidade jornalística (Traquina, 2002). Todavia, é limitadora ao defender que os jornalistas são observadores passivos e que não têm qualquer interferência, tendo em conta que “enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (Traquina, 1999b, p.168), que de outra forma permaneceria desconhecido para a maioria da população.

Porém, McQuail (2003, p.293) afirma que, esta teoria, ao defender que os OCS são como espelhos da realidade e dos acontecimentos, “entra em conflito com os ideais de novidade, espontaneidade e criatividade, muitas vezes parte da imagem com que os media se apresentam”. Uma outra razão que conduziu ao abandono desta teoria, tem origem nos próprios jornalistas e nas suas limitações naturais, isto porque “a notícia não espelha a realidade porque as limitações dos seres humanos e as insuficiências da linguagem o impedem” (Sousa, 2002, p.3). Por mais que o jornalista tente representar a verdade e relatar o acontecimento tal como este ocorreu, a notícia apenas apresenta os factos que nela estão inseridos.

### **1.2.2. Teoria organizacional**

A teoria organizacional coloca o jornalista no seu contexto de trabalho, na sua empresa jornalística. Esta organização, como qualquer outra, possui os seus próprios constrangimentos que vão influenciar o jornalista. Segundo Correia (2004, p.33), “as rotinas organizacionais instaladas na redacção e as interacções sociais levadas a efeito no interior da comunidade jornalística, (...) [desempenham] um papel relevante na constituição de quadros de referência essenciais para a leitura que estes profissionais fazem da realidade social”.

Esta teoria “ênfatiza que as notícias são o resultado das condicionantes organizacionais em que são fabricadas” (Sousa, 2002, p.4). Qualquer empresa que se dedique à comunicação possui uma linha editorial definida pelo seu editor, que funciona como um *gatekeeper* e escolhe quais as notícias que lhe interessam, dentro do espectro

da linha editorial. Deste modo, todos os jornalistas que nela trabalham sabem quais são as “regras” para a produção das notícias, isto porque estão “submetidos a um vasto sistema hierárquico que lhes atribui uma determinada função na recolha da informação e na determinação do que é noticiável” (Saperas, 1993, p.154).

Porém, a linha editorial não pode ser demasiado rígida porque o próprio trabalho jornalístico exige um mínimo de autonomia profissional (Breed, 1999). Qualquer tipo de imposição demasiado forte poderia ser facilmente considerado como uma limitação à liberdade de expressão. Breed (1999) apresenta assim cinco factores que ajudam o jornalista a contornar a política editorial da empresa, nomeadamente: o facto de as linhas editoriais serem por vezes vagas, possibilitando diferentes interpretações; o facto de o jornalista poder escolher qual a relevância a dar aos vários elementos da notícia; a tática da “prova forjada”, em que o jornalista fornece a sua notícia a outro jornal para sua publicação, tornando assim o evento importante; o maior conhecimento do jornalista sobre determinado assunto do que o seu editor, dando-lhe maior autonomia para seleccionar que pontos abordar; e por fim o *status* de “estrelas” de alguns jornalistas que os ajuda a violar a política editorial sem serem chamados à atenção.

Ainda assim, apesar dos factores anteriormente anunciados ajudarem os jornalistas a contornar a linha editorial, no geral ela é seguida porque o jornalista tem plena consciência de que o seu trabalho noticioso vai passar por uma “cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controlo, pelo que tem de se antecipar às expectativas dos superiores para evitar retoques nos seus textos (...) e reprimendas” (Traquina, 2001, p.44). Também não nos podemos esquecer de que os jornalistas não podem abandonar a linha editorial, uma vez que é a imagem de marca de cada OCS. Quando, por exemplo, alguém compra um jornal, na maioria das vezes, essa pessoa já sabe qual a linha política que o mesmo segue, sendo essa a razão porque comprou esse jornal e não outro.

Nesta teoria apenas são importantes os processos de interacção social que ocorrem dentro da empresa, sendo ignorado tudo o que acontece no seu exterior, em termos de influência na produção da notícia. Contudo, devido a esta teoria, o jornalismo começa a ser mais encarado como um negócio que obtém as suas receitas dos anúncios publicitários, transformando a notícia num entretenimento que satisfaz o público e concentra a sua atenção, de modo a bater a concorrência e a aumentar o seu lucro. Tal acontece especialmente na televisão, onde “a publicidade impõe sobretudo a lógica das audiências, seguindo a lógica mais audiências, mais receitas publicitárias. Assim sendo, o conteúdo noticioso do jornal televisivo pode ser influenciado pela dimensão económica: são incluídos no noticiário os acontecimentos noticiosos que julgam ser do maior interesse para maior número de público” (Traquina, 2002, p.85, sublinhado nosso).

Podemos então observar que, sendo os OCS empresas jornalísticas, as suas estratégias económicas e comerciais podem funcionar como condicionantes, quer dos conteúdos a difundir, quer da forma como se faz essa difusão.

O orçamento da empresa também coloca problemas na elaboração das notícias. Não é possível colocar um jornalista em todos os cantos do mundo, como tal, não é possível captar todos os acontecimentos. Para combater este constrangimento, o jornalista apenas irá noticiar os acontecimentos com mais interesse (com mais valores-notícia, conceito que será explanado mais à frente, no ponto 1.2.5), ou seja, que agradarão a um maior número de pessoas, havendo logo nesta fase um controlo de *gatekeeper*.

### **1.2.3. Teorias construtivistas: a estruturalista e a interaccionista**

Outras teorias, como as construtivistas, concebem a notícia como uma “estória” que é construída e não como um relato do acontecimento que lhe deu origem. McQuail (2003, p.427), refere que a perspectiva construtivista partilha e segue algumas das premissas das anteriores teorias contudo, difere inteiramente “em termos de método e de desenho de investigação, ao exigir tipos de evidência muito mais vastos, profundos e qualitativos, especialmente sobre o contexto dos «acontecimentos críticos» nos quais as construções se forjam”.

Nestas teorias, é defendido que nem sempre a notícia transmite a realidade tal e qual como aconteceu, havendo uma certa distorção que acaba por construir o acontecimento como o jornalista deseja. Isto porque, “as notícias são histórias que resultam de um processo de construção, linguística, organizacional, social, cultural, pelo que não podem ser vistas como o espelho da realidade” (Sousa, 2002, p.5, sublinhado nosso), contrariando assim a teoria do espelho. Por esta razão, a mesma é fortemente contestada pelos jornalistas, os quais afirmam que “esta profissão não é contar estórias” (Roeh, cit. in Traquina, 2002, p.96).

Porém, é certo que por mais que os jornalistas queiram negar, existe sempre “a necessidade de seleccionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento” (Traquina, 2002, p.100), de modo a construir a notícia. Além do mais, não nos podemos esquecer que “os jornalistas têm os seus «óculos» particulares através dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de uma certa maneira as coisas que vêem. Operam uma selecção e uma construção daquilo que é seleccionado” (Bourdieu, 2001, p.12). Ou seja, o jornalista, assim como qualquer outra pessoa, tem uma maneira própria de pensar, a qual vai condicionar a sua forma de noticiar um acontecimento. Por mais que tente ser isento, num dado acontecimento, o jornalista irá dar mais importância a certos pormenores que talvez outro jornalista nem sequer os noticiasse.

No âmbito da teoria da notícia como construção temos então as teorias estruturalista e interaccionista. Ambas partilham a premissa de que “as notícias são o resultado de processos complexos de interacção social entre agentes sociais” (Traquina, 2002, p.99), ou seja, entre os jornalistas, as suas fontes, a sociedade e a sua própria comunidade profissional (Traquina, 2002). Nestas teorias são sublinhados os aspectos relacionados com os jornalistas que intervêm na produção da notícia, isto é, tudo o que está relacionado com o seu trabalho. Ao contrário da teoria organizacional, estas rejeitam o pressuposto de que os jornalistas estão completamente à mercê das linhas editoriais, “pelo contrário, são participantes activos na construção da realidade” (Traquina, 2001, p.52) e conservam em parte a sua autonomia.

Especificando estas teorias, a teoria estruturalista foca o aspecto da cultura na elaboração das notícias, as quais “são um produto socialmente construído que reproduz a ideologia dominante” (Sousa, 2002, p.5), e que resulta de diversos factores, como por exemplo os valores-notícia, que indicam ao jornalista qual a ocorrência que irá dar uma boa notícia. A própria organização dos OCS é outro factor condicionante, no sentido em que, normalmente, são sempre seleccionados certos tipos de notícias que acabam por caracterizar esse mesmo OCS logo, os próprios jornalistas quando escolhem os acontecimentos que pretendem noticiar, irão seleccionar aqueles que se enquadram nessas mesmas áreas (Traquina, 2002).

Por outro lado, segundo a teoria interaccionista “as notícias são o resultado de um processo de produção definido como a percepção, selecção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (Traquina, 2002, p.106), “sob a pressão do tempo, por um corpo de profissionais relativamente autónomo e autorizado, que partilha de uma cultura comum” (Sousa, 2002, p.5).

Esta teoria relaciona-se directamente com a capacidade de um acontecimento constituir matéria interessante que possa ser transformada em notícia – a noticiabilidade (*news-worthiness*), já anteriormente abordada. Tendo em conta este aspecto, para esta teoria torna-se necessário que a empresa jornalística possua estratégias que ajudem os jornalistas a rapidamente identificarem um acontecimento que tenha potencial e rapidamente o transformem em notícia antes das horas de fecho ou antes das horas de transmissão do telejornal, isto é, que esteja pronta a tempo de ser transmitida naquele dia para o público.

Para que tal seja possível, torna-se necessário criar uma rede de jornalistas espalhados por diversos pontos do país, de modo a rapidamente conseguirem chegar a um acontecimento. De igual modo, é necessário criar um sistema que permita acorrer a um acontecimento a qualquer hora do dia ou da noite, sendo que no caso de haver um acontecimento durante as horas em que estão menos repórteres disponíveis, este terá de

possuir “uma evidência clara de caracterização como acontecimento com valor-notícia, em ordem a justificar a deslocação de um repórter para o cobrir” (Traquina, 2002, p.109), (o conceito de valor-notícia será abordado no ponto 1.2.5). O problema desta rede prende-se com o facto de que alguns acontecimentos lhe escapam e não se tornam notícias, tornando-se relevante o modo como esta rede é distribuída para a análise do processo de construção da notícia (Traquina, 2001). Devido a este mesmo problema surgem as fontes como uma questão central na definição da rede, pois serão colocados mais jornalistas perto das fontes que poderão fornecer mais informação.

#### **1.2.4. Fontes**

Fontcuberta (1999, p.46), salienta uma das questões fundamentais do jornalismo, “a maioria dos jornalistas não é testemunha presencial dos factos que relata”. Como tal, um jornalista necessita de obter informação sobre os eventos, necessita de fontes.

Ainda segundo esta autora (1999, p.46) “as fontes de informação são, portanto, pessoas, instituições e organizações de todo o tipo que facilitam a informação de que os meios de comunicação necessitam para elaborar notícias”. A fonte permite assim um acesso aos pormenores específicos do acontecimento noticiado, uma vez que raramente um jornalista assiste a esse acontecimento. Por esta razão, facilmente se conclui que “as fontes são um factor determinante para a qualidade da informação produzida pelos *mass media*” (Wolf, 2001, p.222).

As fontes de um jornalista são a sua mais-valia em relação aos outros, à concorrência, porque lhe podem fornecer informações que literalmente “valem ouro” e conceder-lhe o exclusivo do ano, principalmente se forem informações sobre algo ou alguém muito conhecido e que desperte a atenção de muitas pessoas. A relação entre uma fonte e um jornalista é por essa razão importantíssima. Contudo, em casos mais extremos onde a fonte se sinta constrangida, é necessário garantir protecção, razão pela qual existe o sigilo profissional. Deste modo, a fonte de informação é protegida pela Lei de Imprensa, Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 9/99, de 4 de Março e alterada pelo artigo 57.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, que “concede o direito ao jornalista de, mesmo em tribunal, não revelar a identidade da sua fonte de informação” (Traquina, 1999b, p.172), ou seja, direito ao sigilo profissional, conferido pela alínea c) do artigo 22º da anteriormente referida lei.

O universo de fontes disponíveis ao jornalista é muito extenso e da mesma forma também a sua classificação é variada, dependendo do tipo de informação fornecida, do relevo dado a essa informação ou até da sua localização espacial. “As fontes não são,

por isso, todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído” (Wolf, 2001, p.223).

Sendo certo que existem muitas e variadas fontes, os jornalistas preferem utilizar aquelas que lhes oferecem maiores garantias, ou seja, que sejam mais credíveis ou então que sejam autoridades na matéria tratada. Segundo McCarthy, Smith, e Zald (1996, p.297), “as fontes governamentais são geralmente as ideais, uma vez que são percebidas como sendo confiáveis e respeitáveis (...). [Aliás], um repórter enfrenta uma variedade de pressões e incentivos profissionais para [as] utilizar”. Os jornalistas preferem estas autoridades por duas razões: primeiro, é-lhes atribuída maior importância por serem pessoas conhecidas; e, segundo, são mais credíveis porque dificilmente iriam mentir sobre o assunto e pôr em causa a sua imagem. A posição que ocupa ainda é um factor de relevo na credibilidade dada à pessoa, até porque “algumas pessoas, pela posição que ocupam, sabem mais que outras pessoas (...) e, então, a sua informação deve ser, em princípio, mais correcta” (Traquina, 1999b, p.172).

Ainda assim, sendo a fonte uma pessoa com um elevado estatuto, muitas das vezes esta é utilizada “mais pelo que é do que pelo que sabe” (Traquina, 2002, p.116). Temos, então, aqui a questão da visibilidade das fontes. Em algumas situações aparecem fontes que têm muita visibilidade (estão mais na moda, por assim dizer) e por isso são muito requisitadas, apesar de não acrescentarem nada de verdadeiramente importante em termos informativos. Este aspecto pode constituir-se como factor de entrave ou de viés na construção e na própria difusão da notícia.

Um outro critério importante para os jornalistas em relação às fontes prende-se com a sua produtividade, isto é, com a sua capacidade de fornecer informações suficientes e com qualidade para elaborar a notícia, de modo a não ser preciso recorrer a muitas fontes e a não ter custos demasiado elevados (Wolf, 2001). São estas as razões que levam os jornalistas a preferirem as fontes oficiais, porque são estas as que conseguem garantir maior credibilidade e produtividade, especialmente tendo em conta que o jornalista tem prazos apertados, em que o tempo escasseia para comprovar o que é dito pela fonte. As fontes oficiais são também preferencialmente escolhidas em situações onde existam várias opiniões contrárias ou em questões controversas porque apresentam a versão oficial do que aconteceu.

As fontes são sem dúvida um factor muito importante para qualquer jornalista. Este ao produzir uma notícia está a colocar a sua reputação em jogo, ao afirmar algo com base em informações dadas pelas suas fontes. Se as informações forem falsas ou estiverem erradas, será o jornalista que ficará malvisto. Para apurar a credibilidade e fiabilidade das fontes, Jaspers (1998) enuncia nove importantes critérios de avaliação: a segurança do documento; a implicação do narrador, sendo mais credível o testemunho



em primeira mão; a congruência da narração; a convergência das fontes; o interesse da testemunha ou da fonte; o estado físico e mental da testemunha; as circunstâncias em que o facto foi observado; o tempo que decorreu entre o acontecimento narrado e o seu relato; e, finalmente, a maneira como o testemunho foi transmitido.

Um jornalista tem de ter cuidado na elaboração de uma notícia para não pôr a sua carreira em risco. A credibilidade e fiabilidade das fontes são muito importantes, razão pela qual são escolhidas as que mais segurança transmitem ao jornalista. Ainda assim, existe uma questão que surge mesmo antes da escolha das fontes: que acontecimentos devem ser noticiados?

### **1.2.5. Os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia**

Como se pôde observar até agora, o processo de criação de uma notícia é complexo e por vezes demorado, sendo o tempo um factor crucial para o jornalista que tem de trabalhar diariamente em contra-relógio, devido à hora de fecho dos jornais ou à hora de transmissão do noticiário. Para os ajudar nesta tarefa diária, os jornalistas socorrem-se dos chamados critérios de noticiabilidade que mais não são do que um “conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, de possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento ou um assunto são susceptíveis de se tornar notícia” (Traquina, 2002, p.173).

Estes critérios, por si só ou em conjugação uns com os outros, são assim utilizados como atalhos cognitivos que ajudam os jornalistas, por vezes até inconscientemente, a rapidamente identificar se um acontecimento é merecedor ou tem matéria interessante o suficiente para ser transformado em notícia, de modo a atrair o maior número de leitores ou telespectadores. Tudo o que não se encaixa nestes critérios é deixado de parte e “permanece simplesmente um acontecimento que se perde entre a «matéria-prima» que o órgão de informação não consegue transformar e que, por conseguinte, não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa” (Wolf, 2001. p 190). Importa ainda referir que “não há regras que indiquem que critérios têm prioridade sobre os outros” (Traquina, 2002, p.204).

Todavia, a utilização destes critérios tem como inconveniente a criação de um padrão que torna as notícias previsíveis, ou seja, giram sempre em torno de certos temas, causando a omissão de outros que também seriam interessantes para um número reduzido de pessoas.

Os critérios de noticiabilidade são de tal forma importantes para a comunidade jornalística que, segundo uma análise longitudinal feita por Traquina (2002), têm

permanecido quase imutáveis nos últimos quatro séculos. Tal facto é facilmente compreensível quando se associam estes critérios à própria natureza humana, ou seja, as pessoas estão sempre à espera de saber os assuntos da actualidade, do insólito e de tudo o que sai fora do normal quotidiano das suas vidas. Aqui se centra a atenção de muitos estudiosos desta matéria, na tentativa de identificar quais são os valores que influenciam os jornalistas na escolha da sua informação, quais são os valores-notícia.

Os valores-notícia são “essencialmente, um certo atributo do acontecimento noticioso, pensado pelos jornalistas como tendo potencial para transformar os factos numa «história» interessante para a audiência, ou algo que lhe dê uma relevância apelativa” (McQuail, 2003, p.345). Estes valores são utilizados não só para seleccionar que acontecimentos são escolhidos para as notícias, como também participam na selecção dos elementos de relevo do acontecimento e desses, quais os que merecem maior destaque. “Os valores-notícia são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e muitas vezes explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redactoriais” (Golding & Elliott, cit. in Wolf, 2001, p.196). Com estes valores torna-se possível a optimização da classificação dos acontecimentos, com vista à rápida selecção da informação.

Ao contrário do que acontece com os critérios de noticiabilidade, os valores-notícia são dinâmicos e tendem a mudar com o tempo. Não só existem alguns aspectos que são mais tidos em conta em certos períodos históricos, como existem “assuntos que, há alguns anos, simplesmente «não existiam», [e que] constituem actualmente, de uma forma geral, notícia, demonstrando a extensão gradual do número e do tipo de temas considerados noticiáveis” (Wolf, 2001, p.198).

Normalmente, a existência de um único valor-notícia num acontecimento não leva à sua imediata selecção. Os acontecimentos que são mais rapidamente seleccionados são os que reúnem o maior número de valores-notícia, uma vez que “são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores/notícia, que «recomendam» a selecção de um facto” (Wolf, 2001, p.195). Esta ideia é também partilhada por Galtung e Ruge (1999, p.71) que referem que quanto maior número de valores possuírem os acontecimentos, “mais possibilidades terão de serem registados como notícias”. Estes autores foram também os primeiros a tentar sistematizar os valores-notícia mais utilizados pelos jornalistas na sua selecção, enumerando doze, nomeadamente: a frequência, a amplitude do evento, a clareza, a significância, a consonância, o inesperado, a continuidade, a composição, a referência a nações de elite, a referência a pessoas de elite, a personalização, e finalmente a negatividade.

Nesta área, são vários os autores que tentam descodificar quais os verdadeiros valores-notícia utilizados. Para Ericson, Baranek e Chan (1987), já não são doze mas

apenas sete os valores-notícia, sendo que quatro coincidem com a lista dos anteriores autores. Eles são: a simplificação, a dramatização, a personalização, a continuidade, a consonância, o inesperado, e a infracção. No caso destes dois grupos de autores, não iremos proceder à explicação dos seus valores-notícia pois, além da questão da economia de espaço e de tornar a leitura maçuda, torna mais difícil a compreensão destes conceitos por parte do leitor.

Assim, iremos proceder à explanação dos valores-notícia de Wolf (2001), que os divide em quatro categorias, nomeadamente: as características substantivas das notícias, no que diz respeito ao conteúdo do acontecimento a transformar em notícia; a disponibilidade do material e os critérios relativos ao produto informativo, no que diz respeito ao conjunto dos processos de produção e realização; o público, em relação à imagem que os jornalistas têm dos seus destinatários; e, a concorrência, em relação às relações concorrenciais entre os diversos OCS.

Na primeira categoria, Wolf (2001) engloba a quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento e os seus estatutos na sociedade; o impacto do acontecimento sobre a nação e o interesse nacional e o seu desenvolvimento futuro. Já na segunda categoria, interessa saber se o acontecimento é tratável, se é acessível aos jornalistas e quais os meios necessários para a sua cobertura; a brevidade; a sua capacidade de romper com a normalidade; a sua actualidade, qualidade e equilíbrio de conteúdo. Quanto ao meio de comunicação social, segunda parte da categoria, o autor destaca a capacidade de fornecer bom material visual e de entreter o público; a frequência com que o acontecimento ocorre e o seu formato de apresentação, ou seja, que possibilite uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No que concerne ao público, importa a capacidade do acontecimento de responder às suas exigências, ou seja a sua capacidade de atracção, de entretenimento e de importância; a sua protecção, isto é, que o acontecimento não provoque sentimentos indesejados no público, como traumas ou ansiedade. Por último, relativamente à concorrência, são referidas algumas tendências, como a tentativa de obter um exclusivo e a incorporação de alguns acontecimentos apenas porque a concorrência os menciona (Wolf, 2001). Sobre este ponto, Bourdieu (2001, p.19) chega mesmo a afirmar que “para fazer o programa do jornal televisivo do meio-dia, preciso de ter visto os títulos das vinte horas da véspera e os diários da manhã, e para fazer os meus títulos do jornal da tarde preciso de ter lido os jornais da manhã”.

A diferença entre este autor e os anteriores reside no facto de Wolf (2001) considerar que os valores-notícia não são só importantes para a selecção dos acontecimentos, como também para todo o processo de produção da notícia. Também Traquina (2002) partilha desta opinião, criando duas categorias distintas: valores-notícia de selecção e valores-notícia de construção. Os primeiros “referem-se aos critérios que os jornalistas

utilizam na selecção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia, e esquecer outro acontecimento” (Traquina, 2002, p.186). Esta categoria está ainda subdividida em critérios substantivos e critérios contextuais. Relativamente à segunda categoria, os valores-notícia são utilizados como linhas-guia que indicam ao jornalista qual a informação que deve ser destacada. Não iremos proceder à apresentação destes valores-notícia devido à sua vasta lista.

Com esta análise dos valores-notícia, partilhamos a afirmação de Traquina (2002, p.203) de que estes “são um elemento básico da cultura jornalística, partilhado pelos membros desta comunidade interpretativa”. Apesar de estes valores não serem imutáveis, existem e sempre existirão certos acontecimentos que sempre serão noticiados, pela sua capacidade de romper com a normalidade da vida das pessoas. Contudo, mesmo com a enorme quantidade de valores-notícia existentes e com a também grande quantidade de OCS que produzem notícias, como afirma Bourdieu (2001, p.16), “os produtos jornalísticos são muito mais homogéneos do que se pensa”.

### **1.3. A Televisão**

#### **1.3.1. Características**

Passemos agora à exploração do OCS televisão, onde será dado maior destaque à explanação das características da notícia televisiva, características essas, que a diferencia da notícia escrita ou radiofónica, por serem tão específicas.

A televisão, entendida como um sistema electrónico de transmissão de imagem e som, foi criada com o propósito de funcionar como um meio de difusão de informação, através de uma emissão e por meio de um emissor (Sousa, 2006). Esta visão simplista da televisão há muito que foi ultrapassada, havendo cada vez mais possibilidades de interacção desta com outros sistemas informáticos, como os jogos de vídeo, ou com outras plataformas, como a internet e os telemóveis (Cardoso, Espanha, & Araújo, 2009). Visto que há muito que os programas televisivos ou os vídeos transmitidos pela televisão deixaram de estar limitados ao aparelho, ou seja ao televisor, surge então a dúvida de qual é, actualmente, o conceito de televisão. Segundo Cardoso et al. (2009, p.246), “a televisão não é uma tecnologia, mas sim um tipo de conteúdo de características próprias, quer na ficção, quer na informação, que pode ser visto num vasto conjunto de ecrãs”.

Com a evolução da *internet* e com a diminuição dos custos de acesso à banda larga, aumentou o número de utilizadores desta plataforma, onde se encontram cada vez mais os conteúdos televisivos, disponíveis de forma também gratuita, causando uma

“diminuição das audiências de televisão, ou do tempo de exposição das mesmas” (Cardoso et al., 2009, p.247). Segundo Pesce (in Cardoso et al., 2009) os conteúdos televisivos e os que se encontram disponíveis *online* têm naturezas diferentes, sendo que neste último caso os conteúdos abrangem temáticas mais globais, enquanto na televisão são abordados temas mais locais. Apesar da diminuição das audiências da televisão, em 2004, Cardoso et al., realizaram um estudo intitulado *A Sociedade em Rede em Portugal*, com o qual puderam concluir que “em todos os escalões etários, grupos socioprofissionais ou região de origem, a televisão é o *media* favorito, tanto para entretenimento como para informação” (Cardoso et al., 2009, p.248).

A televisão oferece ao seu público algo que os outros OCS não podem: a possibilidade de oferecer imagens e sons do acontecimento, por vezes em tempo real, que quase transportam o telespectador para o local, como se ele mesmo estivesse a viver o acontecimento. Esta “caixa mágica” consegue criar emoções nas pessoas que mais nenhum OCS consegue, porque “a imagem televisiva é um excelente vector da emoção (a afectividade, a violência, os sentimentos, as sensações)” (Jespers, 1998, p.72). A imagem, juntamente com “o som e, eventualmente, os elementos escritos que possam ser sobrepostos às imagens integram a linguagem audiovisual e ajudam a conferir sentido às mensagens” (Sousa, 2006, p.586).

Todos estes factores transformam a televisão num objecto indispensável para as pessoas, “quase [como] num elemento (...) da família. A televisão tornou-se, assim, preponderante entre os *mass media*, cumprindo várias funções, aliás comuns a outros meios de comunicação: informar, formar, entreter” (Sousa, 2006, p.580).

Este aparelho permite que, dentro de um certo limite, cada pessoa possa retirar as suas próprias conclusões do que observa, ou seja, apesar de apenas serem transmitidas as imagens e a informação que o emissor quer, cada pessoa vai olhar para essas imagens de maneira diferente e reparar em diferentes pormenores que no conjunto irão influenciar a opinião de cada um. Contudo, por mais heterogéneas que sejam as opiniões de cada um, a imagem pode atraindo o raciocínio uma vez que tem o “poder [de] produzir aquilo a que os críticos literários chamam *o efeito de real*, de poder fazer ver e fazer crer no que faz ver” (Bourdieu, 2001, p.14, *itálico do autor*).

Em vários aspectos evoluiu a televisão desde a sua criação. Tendo começado em 1929 com apenas um canal, a BBC, que transmitia apenas algumas imagens (Sousa, 2006), actualmente, existem centenas de canais televisivos que transmitem todo o tipo de programação e de informação. Aqui é necessário fazer uma distinção entre os tipos de canais televisivos existentes, nomeadamente os canais comerciais e os canais públicos.

Tendo em conta que os canais comerciais “dependem em absoluto da publicidade para sobreviver” (Pereira, & Veríssimo, 2010, p.174), as notícias terão inevitavelmente

uma função comercial, porque o jornalista vai concentrar-se no sucesso económico da empresa onde trabalha, e onde a informação transmitida “tem por único objectivo responder a necessidades solváveis: curiosidade, necessidade de participar simbolicamente na vida da colectividade, sede de emoções fortes” (Jespers, 1998, p.25).

O objectivo dos anúncios publicitários é fazer propaganda sobre um determinado produto ou serviço para que seja vendido, como tal, quantas mais pessoas tiverem conhecimento desse anúncio, maior será a probabilidade de alguém o adquirir. Sendo a televisão um aparelho que consegue transmitir informação a um grande número de pessoas, é também, por excelência, o meio preferencialmente escolhido pelos proprietários da publicidade. Por sua vez, os proprietários dos canais desejam que seja transmitido o maior número de anúncios, com vista ao aumento do seu lucro. Contudo, o tempo é algo de muito valioso na televisão e cada segundo de transmissão tem um preço elevado. Os proprietários da propaganda vão então escolher o canal televisivo que garanta a maior audiência, de modo a atingir mais pessoas com o menor custo. Para que um canal tenha boa audiência, terá de agradar e cativar o seu público oferecendo aquilo que ele deseja. Inevitavelmente deu-se uma transformação no telejornal, passando a transmitir uma “informação-espectáculo” (Canavilhas, 2001), ou uma “informação enquanto produto” (Jespers, 1998).

Assim, os jornalistas que trabalham para as referidas estações, tendem a privilegiar os acontecimentos que alimentam as “pulsões inconscientes, libidinosas do público (...) com o objectivo de provocar a adesão do público aos media a fim de maximizar o impacto dos anúncios publicitários” (Jespers, 1998, p.38). A notícia parece cada vez mais um espectáculo, consequência resultante “do domínio da observação sobre a explicação (...), [onde] a televisão procura prender o espectador dando prioridade ao insólito, ao excepcional e ao chocante” (Canavilhas, 2001, p.4).

Assiste-se actualmente a uma grande mudança nos canais televisivos, especialmente nos privados, onde o que caracteriza o panorama actual é o sensacionalismo. Segundo Brandão (2002, p.86), “as novas regras do jornalismo audiovisual são essencialmente a rapidez e a emoção”. Deste modo, para conseguir mexer com os sentimentos do seu público, “a informação televisiva tem apenas de ser espectacular e sensacional, isto é, deve sempre descrever uma dramatização da actualidade” (Brandão, 2002, p.85). Apesar da constante luta para aumentar os seus lucros, os canais privados também transmitem informação pertinente e importante para a população, realizando um serviço de utilidade pública.

Já no caso dos canais públicos, uma vez que grande parte dos seus fundos advêm do Estado, não necessitam de se preocupar tanto em agradar ao público. Nas suas notícias, podem transmitir os acontecimentos que realmente interessam à população, que

satisfazem o interesse público, sem ter de recorrer ao sensacionalismo e sem se preocuparem com o aumento da audiência, podendo apresentar notícias com informação de qualidade (Brandão, 2002). Nestas notícias, “a informação tem por objectivo responder a necessidades sociais ou cívicas (...), ou seja, é a concepção de uma informação serviço” (Jespers, 1998, p.25). Para que as notícias realmente sejam de utilidade pública, têm de noticiar os acontecimentos de maior relevo e que realmente sejam de interesse para a população. “O público tem de ter conhecimento [de certos acontecimentos] quer goste ou não” (Postman, & Powers, 1992, p.9).

Ainda assim, as notícias devem ser apelativas para que o público tome a devida atenção ao seu conteúdo. Aliando estas duas funções, as notícias televisivas devem proporcionar ao seu público aquilo de que necessita e que deseja, de modo a cativar a sua atenção sem deturpar o objectivo principal de informar (Postman & Powers, 1992).

Resumidamente, podemos dizer que na televisão pública, controlada pelo Estado, “os programas são definidos em função de três objectivos comunicacionais: educar, informar e distrair” (Brandão, 2002, p.8), enquanto na área do privado os objectivos são “distrair, convencer, vender” (Jespers, 1998, p.14).

### **1.3.2. O telejornal**

Na televisão, a informação noticiosa é normalmente transmitida para o seu público por meios dos telejornais. Para Cascais (2001, p.186) o telejornal é um “nome genérico e corrente dos espaços de informação diária na televisão. (...) É considerado o principal meio de informação e o reflexo do mundo próximo e longínquo para vastas camadas da população”. Este pode ser considerado “um género televisivo em si, com as suas próprias regras de selecção – hierarquização, estruturação narrativa, mediação, etc.” (Jespers, 1998, p.175). Todo o telejornal é construído de forma a “captar a atenção dos espectadores desde o primeiro [ao último] momento de transmissão” (Cardoso, & Neto, 2010, p.39), tendo sempre o cuidado de preservar a seriedade da informação. Tudo é tido em conta, desde o alinhamento das notícias, sabendo-se de antemão que os primeiros e os últimos elementos informativos são melhor memorizados, a estruturação narrativa e apresentação do telejornal, até à própria imagem do apresentador (Jespers, 1998). As empresas jornalísticas gastam muito tempo e dinheiro a construir a imagem dos seus pivôs porque sabem que a audiência prefere ver pessoas com boa aparência e com os quais se consigam identificar (Postman & Powers, 1992).

Num telejornal, a informação pode ser transmitida em diversos formatos. Ao contrário da imprensa que apenas pode produzir notícia escrita ou a rádio que apenas pode transmitir a informação por meio de um locutor, na televisão, a informação pode ser

transmitida utilizando qualquer um dos formatos, texto, som e imagem, sendo que, na grande maioria das vezes, são utilizados os três em conjunto.

Ao contrário de um jornal, onde o leitor pode seleccionar quais as notícias que deseja ler, se as deseja ler na sua totalidade ou apenas uma parte, ou até por que ordem as quer ler, no telejornal isso já não é possível. O telespectador está condicionado pela ordem das notícias que o editor escolheu e terá de visionar toda(s) a(s) notícia(s) anterior(es), até conseguir visionar a notícia que deseja.

A notícia pode ser elaborada e transmitida de diversas formas, utilizando “técnicas de mediatização da informação” (Jespers, 1998, p.50), como: o uso do apresentador do telejornal para transmitir toda ou parte da informação; utilizando imagens, quer sejam do acontecimento, gravadas pelos jornalistas ou por amadores, quer sejam de arquivo, ou ainda imagens criadas que ajudam na compreensão da informação (como gráficos ou animações); recorrendo a entrevistas em directo ou previamente gravadas; ou utilizando reportagens que misturam um pouco de todas as outras técnicas.

Uma vez que, para os jornalistas, é muito difícil apanhar em directo um acontecimento e mais difícil ainda que este ocorra no intervalo de tempo em que decorre o telejornal, as reportagens têm de ser construídas antecipadamente. Quando uma equipa de reportagem chega ao local do acontecimento, vai filmá-lo de vários ângulos, focando diferentes aspectos, que vão servir para contar a história da maneira que o jornalista a vê, usando “metáforas, chavões e outros dispositivos simbólicos que constituem uma forma rápida de sugerir a narrativa subjacente. Estes dispositivos fornecem a ponte retórica pela qual se estabelece um contexto e uma relação entre vários pedaços de informação” (Gamson & Modigliani, cit. in Traquina, 2000, p.29). O repórter vai depois relatar e ligar os diversos pedaços, de modo a construir a história, podendo ter de gravar as suas observações finais mesmo antes de o acontecimento terminar. Esta reportagem será então editada e posteriormente transmitida à hora do telejornal (Postman & Powers, 1992).

Por vezes são também utilizadas reconstituições quando não existem imagens do acontecimento, sendo necessário ter algum cuidado com a utilização desta técnica para que o telespectador não a confunda com a realidade. Fora do telejornal, existem ainda outras formas de transmissão de informação como o debate, a emissão especial ou o *talk-show*, que têm a particularidade de focarem temas mais específicos (Jespers, 1998).

Actualmente, a informação circula pelo mundo a uma velocidade cada vez maior e cada vez mais em directo. No entanto, importa ressaltar que as referidas imagens em directo, raramente são fornecidas por jornalistas mas sim, por testemunhas dos acontecimentos. Porém, nem sempre é positivo o facto de existir transmissão em directo de um acontecimento, uma vez que “a informação televisiva pode provocar efeitos sociais



directos: uma reportagem em directo de uma manifestação violenta pode levar outras pessoas a descer, por sua vez à rua” (Jespers, 1998, p.63). Ainda sobre este exemplo, podem haver pessoas na manifestação que estejam atentas ao que é transmitido pelos OCS e aproveitar essa informação para adaptar as suas acções e deste modo dificultar a acção de controlo da polícia. Indirectamente, os OCS também podem incitar a escalada de violência de uma manifestação pela simples presença de câmaras, presença essa que será aproveitada por algumas pessoas para reforçar as suas demonstrações (Jespers, 1998). Deste modo, é imperativo que os jornalistas tenham plena consciência das consequências que podem resultar da cobertura de um acontecimento e que saibam como e quando devem transmitir a informação.

### **1.3.3. Limitações do jornalismo televisivo**

Apesar do potencial informativo do jornalismo televisivo, este também tem as suas limitações, devidamente enunciadas por Jespers (1998). Começamos desde logo com o imediatismo da informação. Apesar da transmissão da informação ser cada vez mais rápida, são raras as vezes em que se noticia um acontecimento em directo e, quando tal acontece, na maioria das vezes, é porque já havia algo programado ou o jornalista se encontrava no local por acaso. Mesmo no caso do directo, apenas significa que o jornalista está a falar em directo e não propriamente que o acontecimento esteja a decorrer naquele preciso momento.

Da constante luta pelas audiências, resulta uma preocupação dos canais televisivos em serem os primeiros a transmitir a informação, em obter o exclusivo, logo, existe uma grande pressão nos jornalistas para serem rápidos a executar as suas funções. “As estações televisivas têm um desejo feroz de serem as primeiras a transmitir imagens do local. (...) Mas há um preço a pagar pelo jornalismo supersónico: a função histórica do jornalismo ou é esquecida ou é distorcida” (Postman & Powers, 1992, p.45). Ou seja, não é dada a devida importância à explicação do acontecimento na sua totalidade. Como consequência podemos ter, por exemplo, a tendência para “seleccionar as imagens mais impressionantes e mais espectaculares” (Jespers, 1998, p.66) do acontecimento, possivelmente descurando aspectos metodológicos e deontológicos como a fiabilidade das fontes ou o correcto enquadramento da situação. Este problema já não se coloca, ou pelo menos não devia colocar-se, nos canais públicos que devem primar pela transmissão de uma informação de serviço público. Ainda assim, “nalguns casos, histórias complexas têm de ser comprimidas e contadas em quinze ou vinte segundos (o que significa que a história vai perder todo o seu contexto e nuance)” (Postman & Powers, 1992, p.66).

Uma outra limitação advém do elemento mais significativo da televisão: a imagem. “Um telejornal é também um espaço de espectacularização da notícia, (...) em que pela associação da palavra, e cada vez mais do texto, à imagem, se transforma uma informação em representação” (Cardoso, & Neto, 2010, p.39), levando a que certos acontecimentos sejam encenados ou dramatizados devido à presença das câmaras. Nem sempre a utilização de imagens facilita a comunicação, pelo contrário, pode mesmo dificultar, especialmente quando são utilizadas em grande número, causando a saturação da visão e desconcentrando o telespectador. Pelo contrário, a falta de imagens de um acontecimento pode fazer com que o mesmo não chegue sequer a ser noticiado ou seja feita apenas uma breve referência. Por vezes existem certos conceitos ou situações que simplesmente não são representáveis por meio de imagens, tendo de ser utilizado texto.

À imagem está associada a ideia de representação do real, premissa esta corroborada pelo ditado popular que diz que “uma imagem vale mais do que mil palavras”. Contudo, estas imagens podem não representar objectivamente o real, isto porque as imagens transmitidas são sujeitas a processos de escolha e modificações que podem adulterar o seu sentido e consequentemente o do acontecimento. Jespers (1998) fornece um exemplo de falsa representação do real, confrontando dois canais belgas onde num, são mostradas imagens de polícias a bater num manifestante sem motivo aparente, enquanto no outro são apresentadas imagens desse mesmo manifestante a atacar previamente os polícias com uma barra de ferro. Esta cena anterior, mesmo que não tenha sido transmitida apenas por ter escapado às câmaras do primeiro canal, adultera completamente o sentido do acontecimento.

Como afirma Bourdieu (2001, p.12, *itálico do autor*), a própria televisão “apela à *dramatização*, no duplo sentido da palavra: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera a sua importância, a sua gravidade e o seu carácter dramático, trágico”.

Este tipo de situações, associadas ao facto de ser cada vez mais fácil adulterar uma imagem, graças ao avanço da tecnologia, especialmente a cinematográfica, resultam num aumento do descrédito da veracidade da informação. Ainda assim, no que toca à informação televisiva, um acontecimento será tanto mais noticiado quanto maior for a sua capacidade de “fornecer «bom» material visual, ou seja, imagens que não só correspondam aos standards técnicos normais, mas que sejam também significativas, que ilustrem os aspectos salientes do acontecimento noticiado” (Wolf, 2001, p.210).

A televisão depara-se com um problema que a afecta mais do que aos outros OCS, nomeadamente a heterogeneidade do seu público. “O público da informação televisiva (pelo menos nos canais generalistas) é por definição atípico e não identificável socialmente [uma vez que] é, potencialmente, todo o público acessível ou, mais exactamente, todos os públicos acessíveis no espaço de difusão do canal” (Jespers,

1998, p.76). O público é muito importante para os canais porque, como já vimos, para aumentar os anúncios publicitários, e consequentemente as receitas, é necessário aumentar as audiências. Ora, para que um canal consiga aumentar o espectro do seu público-alvo, terá de generalizar os seus conteúdos e homogeneizá-los com os dos outros canais, originando uma grande perda de originalidade, onde todos os canais têm o mesmo tipo de emissões. A televisão é um meio de comunicação de massa logo, é destinada a um público diversificado, não se podendo centrar em assuntos que apenas interessam a um reduzido número de pessoas (Postman & Powers, 1992).

Actualmente, a televisão possui enorme potencial informativo mas, como pudemos constatar, também tem grandes limitações que dificultam o trabalho do jornalista na sua tarefa diária de transmissão da informação considerada relevante. Não só são exigidas maiores capacidades para conseguir realizar jornalismo de qualidade, como também é necessário que o telespectador seja cada vez mais crítico da informação que lhe chega diariamente através deste canal informativo.

#### **1.4. Jornalismo realizado pelo cidadão (*citizen journalism*)**

Numa era digital de multimédia, a evolução dos meios tecnológicos tem aumentado drasticamente a capacidade de comunicação e partilha de informação ao nível mundial. A cada dia que passa, surgem novos equipamentos com enorme capacidade de gravação de som e imagem, sendo estes muito fáceis de utilizar e de transportar. Tal facto leva a que qualquer pessoa possa registar um qualquer acontecimento e o partilhe com outras pessoas, principalmente através da internet, utilizando *blogs* e *sites* próprios para tal. “Os cidadãos deixaram de ser simples fontes de informação e/ou espectadores, mas também colectores e criadores de notícias” (Mythen, 2010, p.45).

O jornalismo realizado pelo cidadão é definido por Allan e Thorsen como “as acções espontâneas do cidadão comum, captadas em eventos extraordinários, nos quais se sentiram compelidos a adoptar o papel de jornalista” (cit. in Greer & McLaughlin, 2010, p.1045). Ou seja, qualquer pessoa se pode tornar num jornalista, ao captar as acções espontâneas das outras pessoas no seu quotidiano.

Esta nova tendência de produção de notícias por cidadãos tem vindo a tornar-se num elemento fundamental do processo produtivo das notícias, tendo mesmo alterado o modo como as notícias são criadas, disseminadas e consumidas (Greer & McLaughlin, 2010). Tal acontece pelo importante facto de que, aquando da ocorrência de um qualquer acontecimento, muito raramente existem jornalistas no local. Deste modo, qualquer imagem captada por testemunhas, através do telemóvel por exemplo, constitui um valor acrescentado para a notícia porque se torna possível apresentar experiências próprias

que escapam aos jornalistas profissionais, pois estes normalmente só chegam ao local depois de o incidente ter ocorrido. Para além disto, estes conteúdos são partilhados com uma tal rapidez que permite que “acontecimentos catastróficos de todo o mundo sejam revelados instantaneamente” (Mythen, 2010, p.47).

O jornalismo realizado pelo cidadão detém um potencial tal, que passaram a ser as próprias organizações noticiosas a encorajar a partilha do material recolhido pelas pessoas (Greer & McLaughlin, 2010). Assiste-se a um “progressivo desaparecimento da separação entre produtor e consumidor da informação” (Braumann, 2010, p.193).

Contudo, também existe o lado negro das notícias produzidas pelos cidadãos. Sendo que estes podem “noticiar” livremente o que quiserem e sem regras, existe o risco de nem todas as notícias serem fidedignas e credíveis, sobretudo porque os *blogs* e afins podem ser anónimos. Torna-se difícil a responsabilização pelo fornecimento de falsa informação. Ainda assim este tipo de jornalismo oferece algo que o jornalismo profissional não consegue: os acontecimentos tal como ocorrem, uma vez que “nenhum editor se intromete entre o autor e o leitor” (Lassica, cit. in Mythen, 2010, p.48), e também já não existe a acção de selecção do *gatekeeper*.

## **2. A Polícia de Segurança Pública**

Uma vez que o nosso trabalho se prende com a percepção dos OCS sobre a actuação policial em grandes eventos, não poderíamos avançar sem antes abordar a parte da actuação policial. Deste modo, neste capítulo, iremos debruçar-nos sobre o que é a polícia, quais as suas funções, especialmente as de manutenção da ordem pública, e qual a sua relação com os OCS.

### **2.1. Definição conceptual**

Para que qualquer sociedade funcione e se mantenha estável, é necessário que exista uma entidade, uma organização, que se empenhe em garantir a ordem e o respeito dos direitos e deveres de cada pessoa, ou seja, uma força policial. Ao nível interno, a polícia é a face visível do poder coactivo do Estado, não se limitando à simples aplicação da lei, mas também à resolução de um conjunto alargado de problemas onde o poder coactivo não é necessário (Fernandes, 2005). Segundo Oliveira (2002, p.69), “a polícia é entendida numa perspectiva lata, como uma actividade administrativa que tem por fim prevenir os danos que possam resultar de condutas sociais perigosas”. Ainda segundo este autor, o conceito de polícia pode ser analisado mediante duas perspectivas: a institucional e a funcional. No primeiro caso, corresponde a “todo o

serviço administrativo que, nos termos da lei tenha como tarefa exclusiva ou predominante o exercício de uma actividade policial” (Correia, cit. in Oliveira, 2002, p.69). Já no segundo caso, corresponde ao funcionamento da Administração Pública, ou seja, à produção de normas e à execução de “actos administrativos materiais que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bens sociais cuja defesa preventiva através de actos de autoridade seja consentida pela ordem jurídica” (Correia, cit. in Oliveira, 2002, p.69).

No que concerne à actividade administrativa, também é imprescindível fazer uma distinção entre as funções de polícia administrativa em sentido restrito e as funções de polícia judiciária. Segundo Almeida (2009, p.118), “a dimensão de polícia administrativa é aquela que se prende com a actividade preventiva de estudo, de licenciamento, de fiscalização, de processamento e de sancionamento das normas jurídicas protectoras de bens jurídicos indignos de tutela penal”. Também Raposo (2006, p.29) define, de uma forma mais simplificada, a polícia administrativa que “tem por objectivo garantir a segurança de pessoas e bens, a ordem pública e os direitos dos cidadãos”. No exercício destas funções, a actuação policial é preventiva e tem o propósito de evitar o delito. Já no caso da actividade da polícia como polícia judiciária, esta “tem por objectivo a prevenção dos crimes e a investigação daqueles que, não obstante, foram cometidos, com vista à repressão da criminalidade” (Raposo, 2006, p.29). Enquanto na primeira função a actuação policial é a montante, ou seja, antes de o crime acontecer, nesta última função como polícia judiciária, a actuação é a jusante, isto é, após o cometimento do crime. É devido a esta última razão que “a polícia, no desempenho das suas funções, assume uma dimensão simbólica e socialmente reparadora, especialmente relativamente às vítimas” (Fernandes, 2005, p.339).

O conceito de polícia e a natureza das suas funções tem sofrido alterações ao longo do tempo, alargando o seu espectro de acção aos mais “variados domínios da vida social: polícia fiscal, polícia de estrangeiros, polícia sanitária, polícia económica, polícia florestal, polícia venatória, polícia do ambiente, polícia do património cultural, polícia dos espectáculos, polícia de viação, polícia de transportes, etc.” (Raposo, 2006, p.29). Apesar das variadas funções da polícia e de todas as mudanças que esta tem sofrido, existe um conceito fundamental que se mantém inalterável: “a polícia é (...) definida juridicamente como uma função específica do Estado e como uma actividade de manutenção da ordem pública necessária à existência de qualquer sociedade” (Oliveira, 2002, p.70).

De modo a cumprir com as suas funções, a polícia tem de estar legalmente legitimada, nomeadamente, e no caso de Portugal, através da Constituição da República Portuguesa (CRP), que lhe atribui as funções de defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos (artigo n.º 272º). Do mesmo

modo, a Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto, que aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública (PSP), prevê na alínea b), do n.º 2, do seu artigo 3º, que compete a esta força de segurança “garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e bens”.

A polícia possui uma larga amplitude de actuação, inserindo-se em várias actividades para além da manutenção e/ou reposição da ordem pública, como a fiscalização e o controlo de várias actividades sociais, culturais e económicas, justificadas pela razão última da manutenção da ordem e do equilíbrio social, necessários ao normal funcionamento de um Estado de direito democrático. Ainda assim, apesar das suas amplas actividades, o fim máximo da polícia prende-se sempre com a manutenção e/ou reposição da ordem pública, ou seja, a normal vivência em sociedade sem distúrbios.

Tendo em conta que o tema do nosso trabalho se centra na actuação policial em grandes eventos políticos, ou seja, manifestações, interessa-nos aprofundar um pouco mais as funções da polícia na manutenção da ordem pública, uma vez que nestas situações existe uma alteração ao normal funcionamento da sociedade.

## **2.2. A manutenção da ordem pública**

“A finalidade da actuação policial consiste, em primeiro lugar, na manutenção da ordem pública e, em segundo lugar, no seu restabelecimento” (Clemente, 2000, p.261). Esta finalidade é particularmente visível aquando da ocorrência de uma manifestação, onde poderão ocorrer as duas situações, ou seja, no caso de uma manifestação pacífica, a polícia apenas terá de garantir que a ordem é mantida e que não ocorrem incidentes que perturbem a tranquilidade social. Já no caso de uma manifestação onde algumas pessoas são violentas, torna-se necessário desenvolver operações policiais para repor a ordem que foi abalada.

Segundo Oliveira (2000, p.39), a expressão “manutenção da ordem” trata-se de um termo técnico que designa as várias manobras policiais executadas por “formações ou unidades policiais de dimensão variável com o objectivo de fazer face a eventos de natureza colectiva, organizados ou espontâneos, hostis ou amigáveis, violentos ou pacíficos, de carácter reivindicativo ou festivo”, as quais se desenrolam na via pública ou em espaços abertos ao público. Ora daqui se depreende que quando existe uma manifestação, isto é, um ajuntamento de pessoas na via pública com o objectivo de exprimirem uma mensagem contra ou dirigida a terceiros (Oliveira, 2000), a polícia terá de pôr em prática um conjunto de procedimentos que visam salvaguardar a ordem e tranquilidade públicas, de modo a garantir os direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Várias vezes foi aqui mencionada a expressão ordem pública sem que fosse devidamente esclarecida quanto ao seu significado. A razão de tal facto prende-se com a consequente dificuldade de o fazer, uma vez que existem variadas definições. Na sua obra, Oliveira (2000) compilou sete diferentes conceitos sobre a referida expressão que, resumidamente e num amplo sentido, se pode afirmar como sendo o conjunto de exigências fundamentais ao normal funcionamento da sociedade democrática, garantindo o cumprimento dos direitos, liberdades e garantias (DLG) dos cidadãos, através da manutenção da tranquilidade, segurança e salubridade públicas. Contudo, para que sejam garantidos os DLG dos cidadãos, terá de existir uma própria limitação, correspondente à ordem pública. “A liberdade não pode sobreviver sem a ordem pública, mas é a liberdade que estabelece limites à ordem pública relativamente aos fins e aos meios a utilizar para manter essa mesma ordem democrática” (Oliveira, 2000, p.24).

Aplicando esta ideia ao caso de uma manifestação, apesar de quem participa estar em pleno gozo dos seus direitos, na maioria das vezes, essas pessoas estão a limitar os direitos de terceiros, por exemplo, quando cortam vias rodoviárias ou quando ocupam certas partes da via pública, causando embaraço para os restantes cidadãos. Como tal, com o objectivo de repor a ordem, especialmente nos casos de manifestações violentas, a polícia usa os meios necessários e legítimos que afectem pelo mínimo os DLG dos participantes, uma vez que, sendo a PSP uma força defensora dos direitos individuais e colectivos, não poderá empregar meios coercivos que lesem os próprios direitos que pretende defender mas, contudo, que garantam a ordem para todos. Qualquer actuação policial está sempre carregada de enorme simbolismo, tendo em conta que “é através do comportamento da sua polícia que o povo toma consciência do carácter democrático do seu Estado” (Oliveira, 2000, p.31).

No que toca à actuação policial durante a ocorrência de uma manifestação, existe já muita investigação no sentido de perceber qual a relação entre as duas variáveis. Uma das estudiosas da matéria é Donatella della Porta que, em 1996, realizou um estudo centrado na evolução dos estilos de policiamento e as formas de protesto em Itália e na Alemanha. Uma das conclusões a que a autora chegou é que existem diversas condicionantes que moldam a forma como os protestos são policiados, nomeadamente: o sistema legal, mais concretamente a legislação que regula as manifestações e a ordem pública; os direitos da polícia e os direitos dos cidadãos; a compreensão cultural dos direitos civis e dos poderes policiais; as instituições e a cultura política.

O referido estudo de della Porta (1996) contribuiu ainda para a formulação de duas hipóteses sobre as consequências da aplicação de diferentes tipos de policiamento. Segundo a autora, aparentemente, um tipo de policiamento mais tolerante, selectivo e ameno, favorece o protesto. Utilizando o exemplo de Itália, della Porta (1996) afirma que

os primeiros protestos surgiram quando se desenvolveu uma polícia mais tolerante. Uma segunda hipótese, sugere que “a utilização de técnicas de policiamento mais repressivas, difusas e duras, tendem a, ao mesmo tempo, desencorajar o grosso dos manifestantes pacíficos e a alimentar a minoria radical” (della Porta, 1996, p.90).

Além das técnicas de policiamento, D. Waddington (2007, p.24), refere que, nos casos em que uma manifestação começa a ser desordeira, “certos comportamentos da polícia podem provocar o efeito não intencional de contribuir para a desordem, ao invés de impedir o seu desenvolvimento”. Perante um cenário de desordem, qualquer sinal de fraqueza ou de incerteza quanto à atitude a tomar por parte da polícia irá ser percebido pelos seus oponentes, os quais se irão sentir mais encorajados a desafiar e a enfrentar a polícia. Pelo contrário, qualquer atitude demasiado agressiva e o uso de demasiada força poderão criar episódios simbólicos de brutalidade policial. Waddington (2007), defende que, em situações de desordem, quanto mais a polícia comunicar e negociar com os manifestantes, menores são as chances de ocorrer uma escalada na violência.

O policiamento de manifestações será sempre algo complicado de se efectuar, uma vez que os manifestantes lutam pela defesa dos seus direitos, enquanto a polícia luta pela garantia da ordem e da tranquilidade dos manifestantes e de todas as outras pessoas. Assim, na relação entre manifestantes e polícia, estes “influenciam-se mutuamente nas escolhas estratégicas que fazem, através de um processo que envolve inovação e adaptação de ambas as partes” (della Porta, 1996, p.81).

### **2.3. A Polícia de Segurança Pública e os Órgãos de Comunicação Social**

A PSP, sendo uma força de segurança ao serviço do Estado e especialmente ao serviço do cidadão, está constantemente sob o olhar e a atenção da sociedade que serve, vendo as suas acções serem constantemente criticadas e escrutinadas.

Os meios de comunicação social são importantes para a polícia, uma vez que, para Reiner (2005, p.259), “o policiamento, sempre foi uma questão tanto de simbolismo como de substância. (...) [Razão pela qual,] tem havido um cuidado continuado em construir e manter uma imagem favorável do policiamento, como sendo um serviço benigno, honorável e útil”. Como tal, é essencial conceber e desenvolver a imagem institucional da PSP perante a sociedade.

Apesar de a criação de uma imagem institucional ser uma tarefa de toda a organização, no caso da PSP, tal tarefa compete especialmente ao Gabinete de Imprensa e Relações Públicas (GIRP), directamente dependente do Director Nacional, conforme o n.º 2 do artigo 18.º da anteriormente referida Lei Orgânica da PSP. A este gabinete compete, entre outras funções, assegurar a informação e as relações públicas



com os OCS, com vista à criação e manutenção de uma imagem positiva da instituição, a qual poderá facilitar a sua missão junto da população.

O interesse dos jornalistas pela PSP apenas desperta quando surge um acontecimento que envolva a instituição directamente e, por norma, a comunicação efectuada pelo GIRP é de natureza reactiva, onde é fornecida informação de forma célere que acalme os cidadãos e mantenha a boa imagem da instituição. Assim sendo, é de todo recomendável que seja fornecida informação aos OCS, sem que esta seja solicitada, de forma a desenvolver uma boa imagem da PSP, a qual irá ajudar a ultrapassar situações onde a instituição possa ser criticada e atacada, mantendo a confiança nos meios e na sua capacidade de resposta às ocorrências diárias.

A informação fornecida deve ser detalhada e interessante para o público, tendo de ser fornecida no mais curto espaço de tempo possível para que não fique desactualizada, e o jornalista consiga cumprir com os seus prazos de elaboração da notícia, para que não se sinta tentado a procurar outras fontes de informação menos qualificadas ou fidedignas, ou ainda, que o leve a criar suposições.

Numa manifestação, as relações públicas e a informação assumem especial importância, tendo em conta que os manifestantes tentam chamar a atenção dos OCS e estes estão sempre atentos a tudo o que acontece. Assim, quer antes quer no decorrer da manifestação, a polícia deve aproveitar todo este mediatismo para transmitir informações importantes para a população, como: quais as medidas policiais adoptadas e o que acontecerá em caso de desordem; quais são os comportamentos que não serão tolerados, desincentivando-os; e, acima de tudo, transmitir segurança e empatia.

Analisando a relação entre a polícia e os OCS numa outra vertente, podemos constatar que, por vezes, a informação transmitida pela comunicação social pode dificultar a missão da polícia. Utilizando o exemplo da manifestação que precedeu a reunião do G8 na Escócia em 2005, Gorringer e Rosie (cit. in Waddington, 2007, p.3) “salientam que, apesar das negativas e alarmistas previsões dos OCS de vandalismo e violência, a marcha avançou com um ambiente «carnavalesco» e apenas foi efectuada uma detenção durante todo o dia”. Neste caso, se a polícia tivesse levado a sério as previsões dos OCS e tivesse tomado medidas preventivas de acordo com as previsões, arriscaria-se a empregar demasiado efectivo policial ou a tomar uma atitude demasiado opressiva que, aí sim, iria hostilizar e agravar o estado de espírito dos manifestantes, podendo levar a comportamentos violentos.

Outros casos há em que, através dos OCS, os vários actores políticos (partidos políticos, grupos de interesse e organizações) tentam influenciar o modo como as manifestações são policiadas, nomeadamente: “os manifestantes e os seus aliados

lançam campanhas para denunciar repressão «brutal» e defender os direitos civis; os grupos conservadores defendem a lei e a ordem” (della Porta, 1996, p.84).

Como foi possível observar anteriormente, os OCS são capazes de moldar o pensamento das pessoas e a forma como constroem a realidade social nas suas mentes. Assim sendo, torna-se impreterível que a PSP consiga fazer passar uma boa imagem para a comunicação social e, conseqüentemente, para a população, de modo a ser criado e mantido um clima de confiança nesta instituição, especialmente tendo em conta que “o policiamento e o crime são agora moldados – pelo menos em parte – pela sua representação dos *media*, num circuito semiótico” (Reiner, 2005, p.260).

### **3. Formulação do Problema de Investigação**

Vivemos actualmente na era da informação e do conhecimento, onde todas as pessoas conseguem saber o que se passa no resto do mundo através das notícias divulgadas pelos órgãos de comunicação social. O processo de comunicação é realizado através da troca de informações, utilizando códigos simbólicos que vão ser interpretados por terceiros. Os estudos dos processos de comunicação e das informações transmitidas, especialmente através dos OCS, tem gerado intensos debates que opõem diferentes autores e originaram uma grande variedade de teorias. Através da análise das teorias da comunicação é possível concluir que os OCS detêm um enorme poder, sendo capazes de influenciar a opinião de cada pessoa e, como tal, da opinião pública, podendo mesmo levar à criação de realidades e de representações de temas tidos como socialmente relevantes. De acordo com a teoria do agendamento existe uma “relação directa e causal entre o conteúdo da agenda dos *media* e a subsequente percepção pública de quais são os temas importantes do dia” (Saperas, 1993, p.56).

A notícia é o principal veículo de transmissão de informação dos OCS para a sociedade. Contudo, sendo o resultado de um processo de construção, onde interagem diversos factores condicionantes e comportando apenas informação previamente seleccionada, a notícia apenas apresenta alguns aspectos da realidade de acordo com a visão de quem a constrói, arquitectando assim a “realidade política e social, estabelecendo o que é legítimo ou ilegítimo, conferindo visibilidade ou remetendo às zonas obscuras actores políticos e sociais” (Mesquita, 2004, pp.79-80).

Desde a sua criação, na década de 1920, a televisão tem-se configurado como um aparelho indispensável, conquistando um lugar de destaque nos lares das famílias. Assim, apesar de estar provado empiricamente que se passa mais tempo em frente ao computador e na internet, em detrimento do tempo passado a ver televisão (Cardoso, 2004; Cole, 2005 in Cardoso et al., 2009), este OCS ainda continua a ser um dos

principais veículos de transmissão de informação e dos que consegue fazer chegar essa informação a um maior número de pessoas, razões estas que levaram à escolha deste OCS como fonte para o nosso estudo.

Tendo em mente que os OCS “definem o(s) significado(s) dos acontecimentos, oferecendo interpretações de como compreendê-los” (Traquina, 1999a, p.11), importa, pois, aferir qual a percepção que a comunicação social, neste caso através da televisão, apresenta à sociedade acerca da PSP e a sua intervenção, especificamente durante a ocorrência de grandes eventos de cariz político, constituindo-se este o problema de investigação desta dissertação. Importa referir que o conceito de “grande evento” corresponde ao do projecto EU-SEC (*Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*, 2007), desenvolvido por consórcio internacional liderado pela UNICRI (*United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*). Deste conceito, atendendo ao panorama português e ao nosso objecto de estudo, foram destacadas as seguintes características: o grande evento tem um grande significado histórico ou político ou popularidade; risco de apoiantes/ manifestantes; dispersão/concentração de outros eventos que possam ocorrer durante a realização do grande evento; grande número de pessoas; grande cobertura dos OCS; grande presença de *VIP's* (políticos, atletas, artistas, etc).

Uma vez que este estudo possui um carácter exploratório, não foram formuladas hipóteses prévias que tivessem de ser testadas e posteriormente confirmadas ou infirmadas (Bogdan & Biklen, 1994). O problema de investigação foi formulado através das questões de investigação que surgiram da pesquisa bibliográfica realizada, as quais possibilitaram um enquadramento do estudo a realizar. Ainda assim, surgem desde logo algumas questões sobre o conteúdo das notícias televisivas: é transmitida informação que permita a compreensão do evento e do conseqüente papel da polícia nesse evento? Ou estará a televisão mais interessada em transmitir conteúdos que prendam a atenção do seu público do que em informar? Será que a ocorrência das eleições legislativas de 5 de Junho de 2011 provocou alguma alteração nas notícias transmitidas sobre os grandes eventos e a actuação policial? Estas são algumas questões que procuraremos responder, além do que possa surgir com a análise do conteúdo do nosso *corpus*.

## II - Método

### 1. Abordagem Qualitativa

Uma vez que este estudo possui um carácter exploratório, pressupõe uma abordagem qualitativa, cujo objectivo é “descrever ou interpretar, mais do que avaliar” (Freixo, 2011, p.146), contrariamente a uma abordagem quantitativa, a qual consiste num “processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis” (Freixo, 2011, p.144), onde há a obtenção de “dados descritivos através de um método estatístico” (Bardin, 1977, p.115). Para Bardin (1977, p.115-116) o que caracteriza a análise qualitativa “é o facto de a inferência – sempre que é realizada – ser fundada na presença de um índice (tema, palavra, personagem, etc.), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual”.

Uma outra razão para ser utilizado este tipo de abordagem consubstancia-se na ideia de Strauss e Corbin (1990) de que, numa investigação onde se utilize a abordagem qualitativa, os resultados derivem de dados obtidos através de diversos meios como a observação, as entrevistas e os registos vídeo. Ramos (2009, p.30) aponta uma vantagem clara na utilização dos estudos qualitativos, que passa pela sua “possibilidade de funcionarem sobre *corpus* reduzidos e estabelecer categorias discriminantes”.

Assim, neste trabalho, seguindo uma abordagem qualitativa e através da análise de conteúdo, pretende-se descrever, descodificar e interpretar a informação contida nas notícias apresentadas na televisão sobre a actuação policial no contexto de grandes eventos políticos.

### 2. *Corpus*

O *corpus* é definido por Bardin (1977, p.96) como sendo “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

No nosso estudo, o *corpus* é constituído pelas notícias transmitidas pelos canais televisivos RTP1, SIC e TVI, no ano civil de 2011, em horário nobre (jornais das 13h e das 20h), uma vez que “no caso português, os telejornais, e em especial os de horário nobre, alcançam níveis de penetração junto dos públicos que os destacam” (Silveira, Cardoso, & Lima, 2010, p.8), sobre o policiamento num conjunto de eventos de cariz político, seleccionados em função de possuir as características do conceito de grande evento, tal como foi anteriormente definido. Foram então seleccionados os eventos de: 12 de Março – manifestação “Geração à Rasca”; 19 de Março – manifestação CGTP; 29 de Maio – manifestação CGTP; 15 de Outubro – manifestação “Indignados”; 24 de Novembro – Greve geral; e, 26 de Novembro – manifestação “Indignados”.

A pesquisa das notícias foi realizada utilizando a conta do Ministério da Administração Interna da base de dados da empresa Cision, que se dedica à recolha de todas as notícias nacionais e internacionais que saem em todos os OCS nacionais. Utilizando os critérios anteriormente referidos, o corpus deste estudo é constituído por 49 notícias.

Segundo Bardin (1977), para que um *corpus* seja considerado válido, tem de obedecer a quatro regras, as quais foram tidas em conta na nossa selecção. A regra da exaustividade impõe que, uma vez definido o *corpus*, este deve integrar todos os elementos a ele pertencentes, não podendo haver selecção, sendo neste caso verificada uma vez que foram analisadas todas as notícias que integram o *corpus*. Na segunda regra, a da representatividade, “a amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial” (Bardin, 1977, p.97), que no nosso caso não se aplica porque não foi utilizado nenhum processo de amostragem, tendo sido analisado todo o universo de notícias. Os pressupostos da regra da homogeneidade obrigam a que os documentos sejam homogéneos, ou seja, todos devem obedecer aos mesmos critérios de escolha, a qual também se aplica uma vez que todas as notícias foram obtidas da mesma forma e obedecem aos mesmos critérios de selecção. Por fim, temos a regra da pertinência, onde os “documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise” (Bardin, 1977, p.98), a qual também se verifica no nosso *corpus*, em virtude de todas as notícias se relacionarem com o mesmo tema, isto é, a actuação policial em grandes eventos políticos. Como tal, uma vez que as quatro regras foram observadas, podemos afirmar que o *corpus* em estudo é válido para o desenvolvimento da pesquisa.

### **3. Instrumento: Análise de conteúdo**

A análise de conteúdo é “uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais” (Vala, 1990, p.101). Este instrumento começou a ser utilizado no início do século XX para o tratamento da informação jornalística quanto à sua qualidade (Pais, 2004). Desde então, a análise de conteúdo tem sido utilizada em diversas áreas e matérias como instrumento de análise, isto porque incide sobre variados tipos de mensagens, como obras literárias, documentos oficiais, artigos de jornais ou programas audiovisuais. Segundo Vala (1990, p.101), “a análise de conteúdo foi durante bastante tempo apresentada como uma técnica predominantemente útil no estudo da comunicação social”. Também Krippendorff (2004) refere que, inicialmente, a utilização da análise de conteúdo cingia-se à literatura, tendo acabado por se propagar à rádio, ao cinema e à televisão.

Existem diversas definições do que é a análise de conteúdo. Para George (cit in Bardin, 1977, p.114), “a análise de conteúdo é utilizada como um instrumento de diagnóstico, de modo a que se possam levar a cabo inferências<sup>1</sup> específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto da orientação comportamental do locutor”. De uma forma simplificada, a análise de conteúdo terá como finalidade a realização de “inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 1990, p.104).

A análise de conteúdo apresenta-se como um bom instrumento de análise de informação, uma vez que não é obstrutiva, ou seja, insere-se num conjunto de “instrumentos indirectos de recolha de informação que visam obviar aos enviesamentos, (...) [tendo em conta que se exerce] sobre material que não foi produzido com o fim de servir a investigação empírica” (Vala, 1990, p.107). Esta é uma das grandes vantagens da análise de conteúdo pois nenhum dos intervenientes na elaboração da mensagem tem noção de que o seu conteúdo vai ser analisado, reduzindo assim o risco de haver influências no processo comunicacional (Pais, 2004).

A análise de conteúdo é um instrumento científico, como tal, envolve procedimentos especializados que a torne válida e replicável (Krippendorff, 2004). Deste modo, os procedimentos adoptados devem garantir a qualidade da análise.

De acordo com Ghiglione e Matalon (1992, p.195), a fidelidade de um instrumento liga-se “ao processo de codificação e, por consequência, ao codificador e ao instrumento de codificação que ele dispõe”. Para garantir esta fidelidade, terá de ser ter em conta o codificador e as categorias de análise criadas. O codificador terá de realizar várias leituras do mesmo conteúdo, em momentos distintos, verificando se reproduz as mesmas conclusões, de modo a garantir a fidelidade intra-codificador, e, do mesmo modo, garantir a fidelidade inter-codificador, solicitando a um conjunto de diferentes codificadores que analisem e codifiquem o mesmo conteúdo, certificando que todos chegam aos mesmos resultados (Ghiglione & Matalon, 1992; Krippendorff, 2004; Vala, 1990). Isto corresponde ao critério de reprodutibilidade que, segundo Krippendorff (2004, p.18), é “a mais importante forma de fidelidade”. No que respeita às categorias de análise, estas não podem ser ambíguas, ou seja, devem conseguir classificar as unidades de registo<sup>2</sup> sem dificuldade e com rigor (Ghiglione & Matalon, 1992).

---

<sup>1</sup> Segundo Bardin (1979), a inferência permite a passagem da descrição à interpretação, ao atribuir sentido às características que foram enunciadas e organizadas.

<sup>2</sup> A unidade de registo (u.r.) é definida por Ghiglione e Matalon (1992, p. 191) como sendo “o segmento de conteúdo mínimo que é tomado em atenção pela análise (frase, por exemplo)”. No nosso caso, a u.r. corresponde à proposição contendo uma ideia, a qual poderá ser expressa numa frase ou parágrafo (Weber, 1990).

Relativamente à validade, esta corresponde à “adequação entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos” (Ghiglione & Matalon, 1992, p.196). A validade dos procedimentos é de extrema importância e deve ser verificada em todas as etapas do trabalho. No processo de categorização, as categorias de análise, que “são os elementos chave do código do analista” (Vala, 1990, p.110), devem ser sujeitas a um teste de validade interna, ou seja, devem obedecer aos critérios de exaustividade e exclusividade. “Pretende-se assim garantir, no primeiro caso, que todas as unidades de registo possam ser colocadas numa das categorias; e, no segundo caso, que uma mesma unidade de registo só possa caber numa categoria” (Vala, 1990, p.113).

Existem dois modos distintos de criação das categorias: os procedimentos fechados e os procedimentos abertos ou exploratórios. No primeiro caso, existe já um quadro empírico e teórico, sustentado por investigações anteriores, onde as categorias já foram definidas *a priori*, ou seja, antes da própria investigação. No segundo caso, “nenhum quadro categorial teórico ou empírico serve de suporte à análise” (Ghiglione & Matalon, 1992, p.210), ou seja, as categorias são definidas de acordo com o *corpus* em estudo. Neste trabalho optou-se pela utilização de um “procedimento misto” (Pais, 2004, p.254), no qual utilizamos os dois procedimentos anteriormente referidos, ou seja, partimos de categorias previamente definidas a partir do enquadramento teórico e de trabalhos anteriormente desenvolvidos no âmbito de estudos de imprensa sobre as drogas e o crime, sobre a pedofilia e sobre a reintegração social de reclusos (Fernandes, 1997; Gomes, 2003; Mealha, 2009) mas tivemos em conta também qualquer outra categoria que emergisse da análise do *corpus*.

#### **4. Procedimento**

O enquadramento teórico do nosso problema de investigação resultou de uma pesquisa bibliográfica na área da comunicação, com o intuito de perceber quais são as teorias e as opiniões existentes sobre o processo de comunicação e de que forma este opera. Do mesmo modo, procurou-se entender de que forma são elaboradas as notícias e quais as suas características, assim como as do OCS televisão. Relativamente à parte policial, foi dado especial destaque às funções de manutenção da ordem pública, uma vez que, perante uma manifestação, o principal objectivo da polícia consiste em a ordem e tranquilidade pública.

No que concerne à parte empírica deste trabalho, como referido anteriormente, o estudo teve como base as notícias transmitidas pelos canais televisivos RTP1, SIC e TVI no ano civil de 2011. Para acedermos às mesmas, foi utilizada a base de dados da empresa Cision, cuja conta de acesso foi fornecida pelo GIRP da PSP, o qual também a

utiliza nas suas funções diárias, por meio de ofício (vd. Anexo 2). A pesquisa das notícias foi realizada utilizando os descritores: manifestação, protesto, polícia, policiamento, actuação policial, psp, e “rótulo do evento” (rasca, indignados e greve geral). Na referida base de dados, é possível definir diversos campos de pesquisa e filtragem, nomeadamente: a data de publicação (tendo sido definido o ano de 2011); o tipo de meio onde surge a notícia (neste caso a tv); e, o âmbito da notícia (tendo sido escolhido o nacional). Estas opções foram mantidas em todas as pesquisas realizadas.

Assim sendo, foram realizadas nove pesquisas utilizando isoladamente cada um dos descritores anteriormente referidos. Na primeira pesquisa, utilizando na “**pesquisa por texto: todas as palavras**” o descritor “manifestação”, obtiveram-se 776 notícias. Dessas, somente 227 pertencem aos OCS em estudo e apenas 59 estão relacionadas com os eventos seleccionados: 18 da RTP1, 21 da SIC e 20 da TVI.

Foi realizada uma segunda pesquisa na “**pesquisa por texto: todas as palavras**” utilizando o descritor “policiamento”, onde se obteve 52 notícias. Destas, apenas 27 correspondem aos OCS em estudo contudo, nenhuma destas notícias se relacionava com os eventos seleccionados.

Quanto à terceira pesquisa, utilizando na “**pesquisa por texto: todas as palavras**” o descritor “rasca”, resultaram 146 notícias. Destas, apenas 39 correspondem aos OCS em estudo, e somente 23 se referem aos eventos seleccionados. Contudo, 11 destas notícias eram repetidas com as do descritor “manifestação”, restando assim 12: 5 da RTP1, 3 da SIC e 4 da TVI.

Na quarta pesquisa, utilizando na “**pesquisa por texto: todas as palavras**” o descritor “indignados”, obtiveram-se 219 notícias. Dessas, apenas 58 pertencem aos OCS em estudo e apenas 34 estão relacionadas com os eventos seleccionados. De referir ainda que 17 destas notícias eram repetidas com as do descritor “manifestação”, restando assim 17: 3 da RTP1, 9 da SIC e 5 da TVI.

Foi realizada uma quinta pesquisa utilizando na “**pesquisa por texto: esta frase**” o descritor “greve geral”, tendo-se obtido 526 notícias. Destas, apenas 137 pertencem aos OCS em estudo, sendo que apenas 92 estão relacionadas com os eventos seleccionados. De referir ainda que 16 destas notícias eram repetidas com as do descritor “manifestação” e 2 com as do descritor “indignados”, restando assim 74: 26 da RTP1, 20 da SIC e 28 da TVI.

Quanto à sexta pesquisa, utilizando na “**pesquisa por texto: todas as palavras**” o descritor “psp”, resultaram 2443 notícias. Dessas, apenas 878 pertencem aos OCS em estudo e unicamente 36 estão relacionadas com os eventos seleccionados. Todavia, 14 destas notícias eram repetidas com as do descritor “manifestação”, 14 com as do descritor “greve geral”, 4 com as do descritor “rasca” e 7 com as do descritor



“indignados”, restando assim 8 (algumas repetem-se em vários descritores): 5 da RTP1, 1 da SIC e 2 da TVI.

Na sétima pesquisa, utilizando na “**pesquisa por texto: todas as palavras**” o descritor “polícia”, obtiveram-se 1443 notícias. Destas, apenas 490 pertenciam aos OCS em estudo e somente 27 se relacionam com os eventos seleccionados. De referir ainda que 8 destas notícias eram repetidas com as do descritor “manifestação”, 12 com as do descritor “PSP”, 11 com as do descritor “greve geral”, 4 com as do descritor “indignados” e 1 com as do descritor “rasca”, restando assim 6 (algumas repetem-se em vários descritores): 4 da SIC e 2 da TVI.

Na oitava pesquisa, utilizando na “**pesquisa por texto: todas as palavras**” o descritor “protesto”, resultaram 1640 notícias. Dessas, apenas 507 pertenciam aos OCS em estudo, sendo que apenas 38 estão relacionadas com os eventos seleccionados. De referir ainda que 16 destas notícias eram repetidas com as do descritor “manifestação”, 7 com as do descritor “greve geral”, 11 com as do descritor “rasca”, 13 com as do descritor “indignados”, 5 com as do descritor “PSP” e 4 com as do descritor “Polícia”, restando assim 4 (algumas repetem-se em vários descritores): 1 da RTP1 e 3 da TVI.

Por fim, utilizando na “**pesquisa por texto: esta frase**” o descritor “actuação policial”, não se obteve qualquer notícia.

No total foram apuradas 180 notícias. Todavia, após o cruzamento dos vários descritores e tendo em conta que apenas se pretende analisar as notícias onde seja mencionada a actuação policial, o nosso *corpus* é constituído por 49 notícias, sendo 13 da RTP1, 18 da SIC e 18 da TVI (vd. Anexo 1). Importa referir que as restantes 131 notícias foram excluídas por não referirem, especificamente, a actuação policial, tratando apenas de temas como: a marcação e preparativos para o evento; descrições de como está a decorrer ou decorreu o evento; acontecimentos paralelos mas ainda assim relacionados com o evento, como por exemplo discursos políticos sobre o acontecimento; e, acontecimentos posteriores ao evento, como por exemplo marcações de julgamentos das pessoas que foram detidas. Um outro aspecto relevante prende-se com o facto de, apesar de o tema central das notícias ser o evento e não a actuação policial, em 29 notícias foram mostradas, em paralelo, diversas imagens da polícia em confrontos com os manifestantes, as quais não foram sujeitas a análise.

Depois de transcritas as notícias que compõem o nosso *corpus* e tendo já algum conhecimento de qual o tipo de informação nelas presente, procedeu-se à definição do quadro categorial. Como já foi referido, para a definição das categorias, foi utilizado um procedimento misto (Pais, 2004), no qual foi utilizada a grelha base construída por Mealha (2009), com as devidas alterações, uma vez que são objectos de estudo diferentes, apesar do seu *corpus* também se basear em notícias, ainda que de imprensa.

Assim, houve a necessidade de reformular/adaptar as categorias C, E e G e as suas respectivas subcategorias, tendo permanecido inalterada apenas a categoria D. Tornou-se ainda necessário criar as categorias A, B e F, e todas as suas subcategorias (vd. Anexo 3), de modo a que toda a informação presente nas notícias pudesse ser codificada, cumprindo assim as regras da exaustividade e da exclusividade (Vala, 1990). Importa referir que para a definição do quadro categorial, bem como para a análise de conteúdo, recorreu-se à colaboração de quatro juízes independentes, de maneira a, de forma consensual, poder garantir a fidelidade e validade dos procedimentos.

Também na análise do *corpus* foram tidas em conta as regras da fidelidade, quer intra-codificador, através da análise em momentos distintos, quer inter-codificador, através da colaboração dos restantes juízes, e da validade em todas as etapas, de modo a garantir a qualidade de todo o processo (Bardin, 1977; Krippendorff, 2004; Weber, 1990).

Após a codificação de todas as unidades de registo (adiante u.r.) do corpo principal da notícia, procedeu-se à codificação da informação transmitida em rodapé numa grelha à parte, mas utilizado as mesmas categorias. No final, todas as u.r. foram quantificadas (vd. Anexos 4 e 5) para posterior análise e interpretação dos resultados. Além da informação transcrita, procedeu-se a uma simples contabilização das imagens apresentadas nas notícias, tendo em conta a sua mudança para um novo tipo (e.g. mudança de apresentação de imagens da polícia para imagens de uma entrevista a um manifestante). Para tal, foram criadas classes de acordo com o tipo de imagens apresentadas nas notícias (vd. Anexo 6). Assim, cada tipo de imagens foi contabilizado na respectiva categoria em uma unidade, independentemente da sua duração, até mudarem novamente para outro tipo, por exemplo, quando um manifestante era entrevistado era contabilizada uma unidade na categoria “imagens de entrevistados”, e quando a câmara mudava para o jornalista era contabilizada uma unidade na categoria “Imagens de jornalistas no terreno”.

O nosso procedimento foi descrito detalhadamente de modo a garantir a qualidade do estudo e para que o mesmo possa ser replicável (Pais, 2004; Weber, 1990).

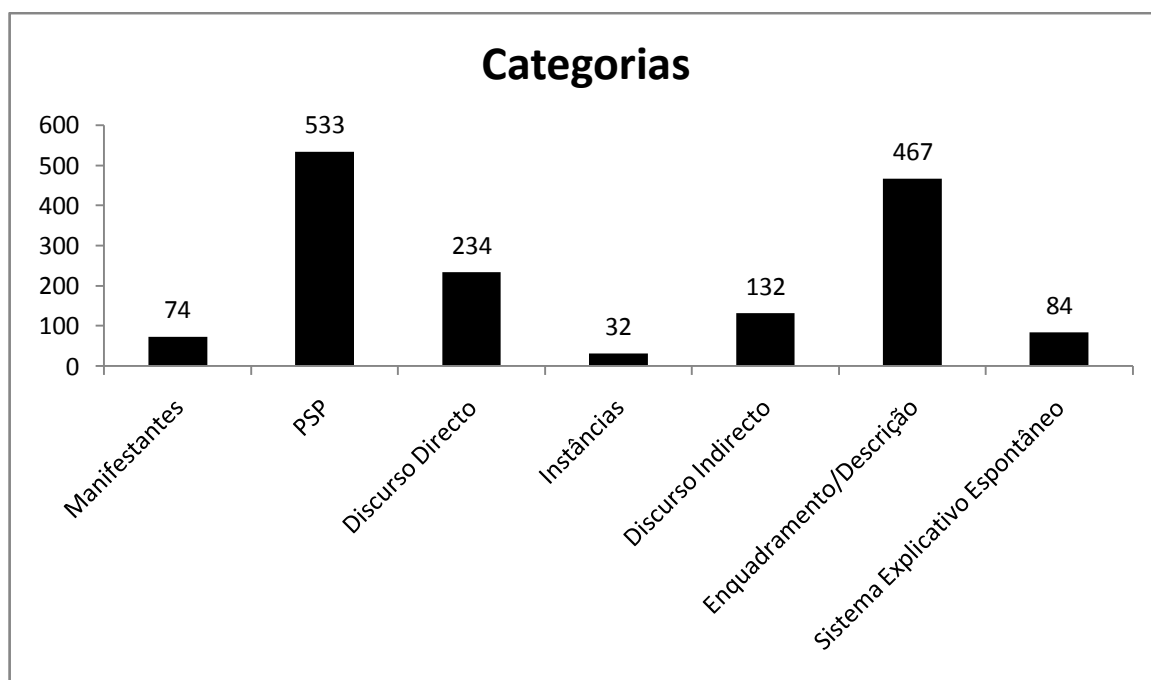
### III - Apresentação e discussão dos resultados

Antes de mais, importa salientar alguns aspectos referentes ao nosso *corpus*. Tal como foi referido no ponto 2 do método, no ano de 2011 ocorreram seis eventos que se enquadram na definição de grande evento por nós adoptada, sendo esperado que surgissem notícias sobre todos eles. Contudo, tal como é possível verificar no quadro de distribuição de notícias em anexo (vd. Anexo 1), de acordo com os nossos descritores, apenas integram o nosso *corpus* notícias sobre os dois últimos eventos: o de 15 de Outubro, manifestação dos “Indignados”; e, o de 24 de Novembro, a “Greve Geral”. Tal facto é facilmente compreensível. Apesar de terem surgido notícias sobre os restantes eventos, em nenhuma delas era referida a polícia ou era feita qualquer menção acerca da sua actuação. Como tal, apenas as notícias dos eventos referidos se mantiveram porque foram os únicos onde foi mencionada a intervenção, talvez por neles terem ocorrido confrontos entre a polícia e os manifestantes. Na mesma senda, importa salientar a diferença no número de notícias relativas aos dois eventos. Enquanto no primeiro, de 15 de Outubro, foram seleccionadas 11 notícias, relativamente ao segundo, de 24 de Novembro, foram seleccionadas 38 notícias. A diferença no número de notícias produzidas sobre os dois eventos parece prender-se com o facto de os confrontos ocorridos entre a polícia e os manifestantes terem sido de maior gravidade no dia da greve geral, facto comprovado pelo número de feridos e de detidos em ambos os casos (um ferido e dois detidos no primeiro, e dois feridos e sete detidos no segundo), e por ter surgido na *internet* um vídeo amador onde se pode ver um polícia à civil a usar a força para efectuar a detenção de um indivíduo perigoso, o qual gerou alguma revolta nos manifestantes (e.g.: “*Quem testemunhou a situação, julgava estar a assistir a um episódio de violência*” – 40<sup>3</sup>; “*E é preciso que haja uma explicação deste tipo de actuação por parte da polícia*” – 42).

Analisando agora os resultados obtidos (vd. Anexo 4), verifica-se que as 49 notícias que compõem o nosso *corpus* produziram um total de 1555 u.r.

---

<sup>3</sup> Entre parênteses encontra-se o número da notícia, cf. Anexo 1, da qual se retirou o exemplo.



**Gráfico 1** – Distribuição do total de u.r. por categorias.

De forma genérica, poderemos caracterizar as notícias analisadas como centrando-se, primeiramente, em informação sobre a PSP (categoria B=533 u.r., 34%) e sobre o enquadramento e descrição dos eventos (categoria F=467 u.r., 30%). De facto, cerca de dois terços dos conteúdos das notícias (B+F=1000 u.r., 64%) concentram-se nestes tópicos, o que, de resto, seria expectável tendo em conta o objecto desta investigação. Segue-se a apresentação do discurso directo dos actores que participaram ou de alguma forma estiveram envolvidos nos eventos (categoria C=234 u.r., 15%) e, também de todas as declarações efectuadas por esses mesmos actores mas através das palavras dos OCS (categoria E=132 u.r., 9%). Com expressão mais reduzida são apresentadas todas as referências realizadas de forma subjectiva pelos OCS para descrever as diversas ocorrências nos diversos eventos (categoria G=84 u.r., 5%); a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação (categoria A=74 u.r., 5%); e, por último, as alusões às diversas instâncias existentes, isto é, aos diversos organismos em si e não aos seus membros (categoria D=32 u.r., 2%).

Uma vez identificadas quais as categorias com maior e menor número de u.r., passaremos de seguida a analisar a diversas categorias individualmente, considerando a sua composição pelas diferentes subcategorias. Tal como já foi referido, a que obteve maior número de u.r. foi a categoria B – “PSP”. Nesta, verifica-se que a subcategoria “Descrição da actuação” policial (B.5=221 u.r.) foi a que obteve maior número de ocorrências, quer dentro desta categoria quer em comparação com todas as outras subcategorias existentes. Este resultado é congruente com o que era esperado e

comprova que os OCS dão bastante importância à descrição da forma como a polícia actua. Durante o processo de codificação, destacou-se um pormenor interessante relativamente a esta subcategoria. Das 221 u.r. contabilizadas, em 55 são claramente apontadas críticas negativas à actuação policial, maioritariamente pelos manifestantes (26 u.r.; e.g.: *“O que aconteceu foi que a polícia sempre esteve aqui bastante agressiva”* – 24), e pelos próprios jornalistas (19 u.r.; e.g.: *“está a avançar a esquadra anti-motim e está a carregar nos protestantes”* – 13). Em contrapartida, existem 26 u.r. onde são apontadas críticas positivas, maioritariamente pelo Ministro da Administração Interna (12 u.r.; e.g.: *“E portanto, a Polícia foi, e como foi em muitos outros momentos no país, uma polícia competente”* – 27) e pelo Director Nacional da PSP (10 u.r.; e.g.: *“foi uma manobra táctica impecável”* – 45). Note-se que as críticas negativas representam cerca de 25% das u.r. contabilizadas sobre a actuação policial e que 47% dessas críticas são mencionadas pelos manifestantes. Este é um facto relevante, uma vez que são os actores a quem os OCS mais dão voz (C.1=86 u.r.), com uma clara diferença para a “Fonte policial” (C.2=48 u.r.), dentro da categoria “Discurso directo” (C).

Em segundo lugar surge a subcategoria “Resultados/consequências da actuação policial” (B.6=121 u.r.), a qual corresponde à quarta subcategoria com maior número de u.r. Através da análise das u.r. é possível verificar que é dada quase exclusividade ao facto de haver detenções e feridos resultantes da actuação policial (e.g.: *“Dois manifestantes foram mesmo detidos pela polícia”* – 9; *“Os incidentes causaram dois feridos ligeiros, um polícia e um jornalista”* – 37).

A terceira subcategoria onde se registam mais u.r. corresponde aos “Motivos da actuação” (B.4=120 u.r.), sendo esta também a que ocupa o quinto lugar na hierarquia das subcategorias com mais u.r. Mais uma vez se denota a relevância dada à polícia pelos OCS, tendo em conta que, das cinco primeiras subcategorias com maior número de u.r., três pertencem à categoria sobre a PSP (B). Tal como está definido no Anexo 3, nesta subcategoria foram codificadas todas as u.r. onde estavam plasmados os motivos que levaram a polícia a actuar (e.g.: *“Um grupo de manifestantes deitou a baixo as baias de segurança que impediam o acesso à escadaria do Parlamento”* – 26). Apesar de possuir um número significativo de u.r., quando comparada com a subcategoria relativa à descrição da actuação policial (B.5), este número mostra-se reduzido, tendo em conta que apenas representa 54% do total da anterior. Uma vez que todos os actos da polícia têm de estar legitimados e devidamente justificados, talvez pudéssemos esperar que fosse dado mais enfoque aos motivos que levaram as polícias a actuar. Perante tais resultados é possível afirmar que os OCS se preocupam mais em descrever a actuação policial do que em expor as razões que forçaram a polícia a agir, especialmente se

tivermos em conta a menção à subunidade e ao número. As notícias focam mais a descrição, caracterização e menos enquadramento (justificativo) da actuação.

Ainda dentro da categoria B (PSP), na subcategoria relativa à “Subunidade/origem” (B.2=52 u.r.) foi codificado um número de u.r. superior ao esperado. Denota-se a constante procura dos OCS em diferenciar a que subunidade pertence o conjunto de forças policiais que actua (e.g.: “*Foi chamado o Corpo de Intervenção da PSP*” – 12; “*a polícia de choque apareceu*” – 17), mesmo quando, por vezes incorrectamente, afirmam ser o Corpo de Intervenção que está em cena.

No que concerne às restantes duas subcategorias da categoria B, as mesmas apresentam um reduzido número de u.r. (B.1=16 u.r. e B.3=3 u.r.), especialmente a subcategoria referente ao “Dispositivo” (B.3) utilizado pelas forças policiais, sendo inclusive a terceira com menos u.r. Possivelmente, o seu reduzido número deve-se ao facto de os OCS não estarem familiarizados com os termos técnicos utilizados pela polícia em matéria de ordem pública, utilizando descrições simples do efectivo no terreno (e.g.: “*o Corpo de Intervenção foi obrigado a formar duas barreiras já no cimo da escada*” – 3), ou então, simplesmente não lhe é dada importância.

Em segundo lugar evidencia-se a categoria “Enquadramento/descrição” (F=467 u.r.). Tal como já foi referido, era expectável este resultado tendo em conta que os jornalistas vêm-se obrigados a contextualizar o acontecimento que estão a noticiar, de modo a que o seu público consiga entender toda a informação fornecida. A subcategoria que mais se destaca é a da “Caracterização” do evento (F.7=188 u.r.), sendo inclusive a segunda subcategoria com maior número de u.r. codificadas (e.g.: “*Acabou em confrontos a manifestação da CGTP em dia de greve geral*” – 23). Os OCS efectivamente reservam grande parte do tempo da notícia para a caracterização dos acontecimentos, uma vez que ambas as subcategorias com mais u.r. estão relacionadas com a descrição de algo, no primeiro caso com a actuação policial, no segundo com o evento.

A subcategoria “Local” (F.2=154 u.r.) apresentou um número de u.r. muito superior ao que era esperado, especialmente quando comparada com as restantes subcategorias da categoria F onde é codificada informação tão precisa, estando aliás em terceiro lugar. Uma das razões que pode explicar este número prende-se com o próprio local onde ocorreram os eventos, tendo em conta que foi mesmo em frente a um órgão de soberania, a Assembleia da República, o qual possui enorme simbolismo. Os próprios jornalistas e manifestantes faziam questão de destacar este local (e.g.: “*As escadas da Assembleia da República*” – 9; “*as escadarias para o Parlamento*” – 13; “*As escadas da Assembleia da República que é, concordaram todos comigo, a casa do povo*” – 8 [dito por um manifestante]).

As restantes subcategorias apresentam números mais baixos e concordantes com o esperado, excepto as subcategorias “Percurso” (F.4=1 u.r.), “Objectivos” (F.5=9 u.r.) e “Justificação/motivos” (F.6=5 u.r.). Estes números são inferiores ao esperado, apesar de ser compreensível o porquê. O tempo de antena disponível aos noticiários é reduzido, levando a que as notícias sejam breves e sumárias. Uma vez que o tema central das notícias analisadas é a polícia, é normal que sobre pouco tempo para os pormenores do evento, os quais muito provavelmente farão parte integrante de outras notícias.

No que concerne à terceira categoria, “Discurso directo” (C=234 u.r.), verifica-se que, nas notícias sobre a actuação policial, os actores a quem os OCS mais dão voz são os manifestantes (C.1=86 u.r.; e.g.: *“Nós temos direito de estar aqui”* – 9) e fontes policiais (C.2=48 u.r.; e.g.: *“Lamentamos o comportamento de alguns dos manifestantes”* – 2). Efectivamente, no que concerne à actuação policial em grandes eventos, os principais intervenientes que entram em cena são os manifestantes e os polícias. Logicamente que quem deve ter voz activa são as partes que participam no acontecimento.

Nesta categoria destacam-se ainda as subcategorias onde é dada voz a peritos e comentadores (C.5=27 u.r.), assim como às palavras de ordem aclamadas pelos manifestantes (C.8=24 u.r.). No primeiro caso, é notória a intenção dos OCS em procurar diferentes opiniões que sustentem o que é dito pelos jornalistas ou, por outro lado, que melhor expliquem matérias sobre as quais os jornalistas não possuem conhecimentos suficientes para se pronunciarem (e.g.: *“O que é que caracteriza a polícia, entre outras coisas, é poder usar a força”* – 35; *“Há migrações de indivíduos extremistas que, sempre que haja alguma manifestação, algum evento favorável às suas intenções, dão apoio a outros extremistas locais”* – 46). Aquando da codificação das diversas notícias foi possível verificar que, no caso das palavras de ordem, por vezes eram feitas pausas propositadas no discurso do jornalista para que fosse possível ouvir as diversas palavras de ordem bradadas pelos manifestantes (e.g.: *“A greve é geral. A greve é geral”* – 19; *“Vocês são os capachos do Patrão. Vocês são os capachos do Patrão”* – 27).

As restantes quatro subcategorias (C.3=18 u.r.; C.6=11 u.r.; C.4=10 u.r. e C.7=10 u.r.) apresentam valores equitativos, realçando-se apenas o discurso directo dos políticos. Durante a análise das notícias foi possível verificar que sempre que era mencionado pelos jornalistas que um político estava presente no evento, este era entrevistado. Denota-se uma certa tendência em saber qual a opinião do poder político.

O “Discurso indirecto” (E=132 u.r.), ou seja, quem é mencionado nas notícias, afigura-se como a quarta categoria mais cotada. Aqui já não existe a mesma exclusividade que é dada na categoria anterior à polícia e aos manifestantes, verificando-se ainda assim um dado interessante. Enquanto na anterior categoria é dado mais tempo de antena aos manifestantes, em detrimento das fontes policiais, na presente categoria

sucede o contrário. Os OCS utilizam mais vezes a PSP como fonte de informação (E.2=47 u.r.; e.g.: *“Ouvi a polícia estar a dizer”* – 3; *“A polícia diz que este episódio poderá ser a sequência de uma agressão a um agente da PSP”* – 42), do que os manifestantes (E.1=23 u.r.; e.g.: *“[os manifestantes] Dizem que não vão parar com as acções de protesto”* – 9). Inclusive, esta última subcategoria obteve quase o mesmo resultado que as subcategorias reservadas aos “Membros do Governo”, na qual foi referenciado exclusivamente o Ministro da Administração Interna (E.5=21 u.r.; e.g.: *“Miguel Macedo prefere desvalorizar o caso gerado por uma minoria”* – 29; *“O Ministro da Administração Interna frisou ainda”* – 27), e aos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas (E.7=19 u.r.; e.g.: *“Mas os promotores da manifestação acusam agentes à civil de ter incitado à violência”* – 46), onde, em comparação com a anterior subcategoria C.6, é possível afirmar que os OCS tendem mais a citar estes actores do que em lhes dar a voz.

Das restantes quatro subcategorias (E.3=8 u.r.; E.8=8 u.r.; E.4=6 u.r. e E.6=0 u.r.), importa salientar o facto de a subcategoria E.6 não ter tido qualquer u.r., o que indica que, nas notícias sobre a actuação policial, ou os peritos e comentadores falam em discurso directo (C.5), ou então nem chegam a ser mencionados.

À terceira categoria com menos u.r. corresponde o “Sistema explicativo espontâneo” (G=84 u.r.). Apesar de não ser um número elevado, este resultado indica que os jornalistas realizam algumas referências subjectivas quando apresentam as diversas ocorrências relacionadas com o evento (G.3=35 u.r.; e.g.: *“Foi por volta da meia-noite que os ânimos mais se indignaram”* – 10), com a actuação policial (G.1=25 u.r.; e.g.: *“A PSP desta vez impediu o acesso dos manifestantes à escadaria de S. Bento, ao contrário do que aconteceu no 15 de Outubro,”* – 32), e com os próprios manifestantes (G.2=24 u.r.; e.g.: *“Da provocação à vitimização, vai uma curtíssima distância”* – 20).

É notória a pouca importância dada pelos OCS aos manifestantes e aos seus motivos de participação no evento quando se discute a actuação policial, visto que a presente categoria (A=74 u.r.), ocupa o penúltimo lugar. Tal como acontece no caso da categoria F, tendo em conta que os temas principais destas notícias são a actuação policial e os confrontos entre manifestantes e polícias, sobra pouco tempo para caracterizar os manifestantes (A.3=34 u.r.; e.g.: *“há imensas crianças e idosos”* – 20) e apresentar as razões que os levaram a aderir ao evento (A.2=24 u.r.; e.g.: *“[nós estamos aqui] Acima de tudo a lutar por uma sociedade completamente diferente”* – 2; e A.1=16 u.r.; e.g.: *“No meu caso sou um trabalhador desempregado, porque não é fácil trabalhar para empresas de trabalho temporário”* – 30).

Por último, temos a categoria relacionada com as “Instâncias” (D=32 u.r.). Esta categoria contabiliza poucas u.r. porque está muito pouco relacionada com a actuação



policial. Aliás, das 32 u.r. presentes na categoria D, em apenas 4 é feita referência a uma instância, neste caso “Governo” (D.1), na sequência da actuação policial (e.g.: “*O Governo apoia a forma como a Polícia actuou ontem durante os incidentes em frente à Assembleia da República*” – 29). As restantes instâncias são mencionadas devido à actual situação de crise política e económica do país, no caso das subcategorias D.1, D.2, e D.5 (e.g.: “*falem da violência que este Governo está a impor à população*” – 24; “[os manifestantes vieram dizer] *que estão contra (...), um caminho de subserviência à Troika e à União Europeia*” - 2), ou como fonte de informação, no caso da subcategoria D.3 (e.g.: “*Estas são imagens captadas pela rádio renascença*” – 19).

Tal como foi descrito no procedimento, além da informação presente no corpo da notícia, foi codificado também o texto apresentado em rodapé, num total de 392 u.r. (vd. Anexo 5). Importa realçar que o rodapé é normalmente constituído por um pequeno título, o qual raramente muda ao longo da notícia (e.g.: “*Manifestação dos «Indignados»*” – 4; “*Confrontos na AR:*” – 20), condicionando de certa forma os resultados, uma vez que é novamente codificado cada vez que o texto principal muda. Por outro lado, isto também dá conta do número de vezes com que as pessoas são atingidas por estes títulos, ou seja, a informação lá colocada é fortemente vinculada nos telespectadores.

Aqui, destaca-se em larga medida a categoria F com 241 u.r. (61%), em muito devido à subcategoria “Local” (F.2=117 u.r., 49% da categoria F), na qual foi contabilizado um número de u.r. muito superior a qualquer outra subcategoria. Este resultado deve-se a diversos factores. Em primeiro lugar, uma vez que no rodapé é colocada informação muito sintética, o local do acontecimento é normalmente um dos pontos essenciais. Em segundo lugar, este tipo informação surge normalmente no título do rodapé, o qual se repete de cada vez que muda a informação. Estes dois pontos também são válidos para a subcategoria “Nome do evento” (F.3=63), na qual também foi codificado um elevado número de u.r. Por último, não esqueçamos que aqui é igualmente válido o que foi anteriormente dito sobre o enorme simbolismo do local dos eventos (e.g.: “*Incidentes no Parlamento*” – 24).

Mais uma vez, é dado enfoque à “Caracterização” do evento (F.7=49 u.r.). Contudo, analisando as restantes categorias e subcategorias, verifica-se que o principal tema abordado no rodapé é a “PSP” (B=93 u.r.), quer através da descrição da sua actuação (B.5=26), quer através da exposição dos motivos que a levaram a agir (B.4=13). Repare-se, no entanto, no destaque dado aos “Resultados/consequências da actuação policial” (B.6=33 u.r.; e.g.: “*PSP fez sete detenções durante os confrontos*” – 24; “*Pelo menos 5 manifestantes foram detidos*” – 17), e à menção da “Subunidade/origem” dos elementos policiais (B.2=18 u.r.; e.g.: “*Chegada da polícia de intervenção*” – 39). Também o que é dito pelas diversas fontes policiais (E.2=15 u.r.) é destacado em relação aos diversos

actores presentes, cuja contabilização máxima não vai além das 6 u.r. para os “Sindicatos” (E.8). Durante o processo de codificação, constatou-se que sempre que era entrevistada uma figura conhecida, como o MAI ou o ex-líder da CGTP, Carvalho da Silva, eram colocados excertos do seu discurso no rodapé, razão pela qual a categoria C apresenta 14 u.r. Em relação às restantes categorias, verifica-se que o seu conteúdo não é relevante para o rodapé, uma vez que as categorias G (5 u.r.) e D (2 u.r.) apresentam apenas valores residuais e na categoria A não foi codificada qualquer u.r.

No que concerne às imagens analisadas (vd. Anexo 7), destaca-se a grande quantidade de vezes em que são mostradas imagens da polícia (G=192), do total de imagens contabilizadas (462). Mais relevante ainda é o facto de em grande parte das imagens, mais concretamente em 78%, os elementos policiais se encontrarem em acção, nomeadamente: em confrontos com os manifestantes (G.2=58), em plena utilização da força para dispersar os manifestantes mais violentos (G.3=46), ou ainda a efectuar detenções de certos indivíduos (G.4=44). Apenas nos restantes 22% das imagens é mostrada a polícia pacificamente disposta em cordão policial (G.1= 44), ou seja, a impedir a passagem dos manifestantes. Repare-se na grande diferença de valores, mostrando que os OCS dão muito mais relevância à polícia quando esta se encontra em acção. Mesmo nos restantes 22%, só foram mostradas estas imagens porque ocorreram confrontos prévios com os manifestantes. Caso tal não tivesse ocorrido, muito provavelmente aconteceria o mesmo que nos outros quatro eventos que não foram analisados: não haveria imagens da polícia nem qualquer referência à sua actuação.

Já no caso dos manifestantes (F=97) sucede o inverso, sendo mostradas mais imagens dos manifestantes pacíficos (F.1=34) ou um pouco agitados (F.2=39), ou seja, a tentar passar as barreiras de segurança ou a provocar a polícia, mais do que em prática de actos violentos (F.3=24), como a derrubar as grades de segurança ou a empurrar as forças policiais.

O terceiro tipo de imagens que mais aparece é as de entrevistados (E=90), revelando que os OCS não se limitam a relatar factos, reservando algum tempo de antena para quem também tem algo a dizer sobre o acontecimento noticiado. Evidencia-se a preocupação dos OCS em ouvir a versão das pessoas que tiveram parte no acontecimento. Resta saber qual o critério utilizado para a selecção dos testemunhos que são incluídos nas notícias.

Destaque ainda para o significativo número de imagens amadoras (C=16) utilizadas nas reportagens, mostrando que cada vez mais o cidadão comum tem um papel relevante na partilha de informação para o resto da população.

## IV - Conclusões

O presente trabalho foi elaborado com o objectivo de explorar que tipo de informação é veiculada pelos OCS sobre a actuação policial em grandes eventos de cariz político, ou seja, qual a percepção que os canais de televisão apresentam à sociedade sobre a PSP e a sua actividade, a qual vai condicionar o pensamento do seu público. Relembramos que, de acordo com a revisão bibliográfica efectuada, a forma como um acontecimento é apresentado e noticiado pode moldar o pensamento das pessoas e conduzir, ou não, a uma mudança de opinião (Correia, 2004; Druckman, 2001; Traquina, 2000). O estudo foi elaborado tendo por base as notícias televisivas, uma vez que “em todos os escalões etários, grupos socioprofissionais ou região de origem, a televisão é o *media* favorito, tanto para entretenimento como para informação” (Cardoso et al., 2009, p.248).

Um dos factores mais importantes deste estudo é observável logo na definição do nosso *corpus*: apenas foram analisadas notícias de dois eventos (15 de Outubro e 24 de Novembro). Tal como foi referido, este pormenor deve-se ao facto de terem sido os únicos eventos onde ocorreram confrontos entre polícia e manifestantes. Contudo, coloca-se a questão do porquê de a actuação policial nestes eventos ter merecido tanta atenção dos OCS, e nos restantes nem sequer ter sido feita qualquer menção sobre a polícia ou sobre a sua actuação, quer ao nível de prevenção quer ao nível do controlo do evento. A resposta a esta pergunta encontra-se nos critérios de noticiabilidade e nos valores-notícia (Galtung & Ruge, 1999; McQuail, 2003; Traquina, 2002; Wolf, 2001). É certo que o que sai fora do normal é sempre considerado uma boa notícia, e uma notícia sobre confrontos entre polícia e manifestantes não é excepção. Porém, a existência destes critérios de noticiabilidade leva a que os OCS raramente difundam notícias onde tenha havido uma actuação policial sem recurso à utilização da força, sem que tenham ocorrido incidentes, facto este comprovado por não existirem notícias sobre a actuação policial nos outros quatro eventos, nos quais não houve confrontos. Deste modo, competirá ao GIRP da PSP, promover estas acções onde tudo correu como previsto.

Na formulação do problema de investigação deste trabalho, foi levantada a questão sobre a possível influência das eleições legislativas de 5 de Junho de 2011 nas notícias produzidas sobre a actuação policial. Todavia, mais uma vez tendo em conta que o *corpus* apenas é constituído por notícias posteriores a este evento, tal análise não pôde ser realizada. Ainda assim, estas eleições poderão ter tido alguma influência nos acontecimentos desses dias, uma vez que os eventos anteriores decorreram de forma pacífica, isto é, poderá ter havido um aumento do sentimento de revolta e de indignação

dos manifestantes (*“Jovens e menos jovens, estão contra as medidas laborais anunciadas pelo Governo”* – 21).

Uma outra questão levantada estava relacionada com o caso de ser transmitida informação que permita a compreensão do evento e do consequente papel da polícia nesse evento. Os nossos resultados indicam que sim, que os OCS dedicam bastante tempo de antena à explicação e descrição dos acontecimentos, ainda que, tal como foi demonstrado, seja muitas vezes criticada a actuação da PSP e nem sempre seja dada a devida importância à apresentação dos motivos que levaram as forças policiais a agir. Mais uma vez se destaca aqui a necessidade contrariar esta tendência.

Não menos importante, e ainda relacionado com a PSP, os resultados obtidos demonstram que os OCS tendem a destacar a actuação do Corpo de Intervenção (CI) no terreno. Sempre que entram em cena polícias com equipamento de protecção, os jornalistas fazem questão de o sublinhar, afirmando ser o CI quando por vezes não o é. Por vezes são apenas elementos das Equipas de Intervenção Rápida (EIR), as quais possuem equipamento de protecção semelhante ao CI, sendo estas forças facilmente confundidas. Muito provavelmente, o destaque dado pelos OCS estará relacionado com a conotação negativa associada ao CI, muitas vezes apelidada de “polícia de choque”. Se por um lado isto poderá resultar a favor da polícia, levando os manifestantes a acalmar com receio de que seja utilizada a força, por outro, também poderá dificultar a actuação policial, uma vez que poderá ser considerado um exagero, provocando a revolta dos manifestantes e piorando a situação, tal como é possível observar neste exemplo: *“Que vergonha, pá! Como se a gente estivesse a roubar alguma coisa. Que vergonha, pá!”* – 25. Uma vez que não possuímos informação que permita qualquer tipo de afirmação, apesar de já existirem artigos sobre esta interacção, este poderá ser um bom tópico para um novo estudo.

“Todos os jornalistas procuram (...) fontes humanas fidedignas que possam informar sobre o facto, as suas causas e consequências” (Fontcuberta, 1999, p.46). Esta é a razão pela qual a categoria “Discurso directo”, ou seja, a quem é dada a oportunidade de falar durante a notícia, foi a terceira com mais u.r. Sendo certo que é dada a voz aos elementos policiais, estes devem aproveitar estes momentos para realçar os motivos que levaram a polícia a agir, dado que este é um ponto menos focado pelos jornalistas. Aliás, grande parte das u.r. sobre os motivos da actuação policial provieram de fontes policiais. Quem fala em nome da PSP deve estar bem informado e deve ser capaz de produzir um discurso fluente, tendo o cuidado de escolher bem as suas palavras, até porque, de acordo com os resultados obtidos, a fonte policial é a mais citada pelos jornalistas. Apesar de os jornalistas terem a possibilidade de escolher apenas a informação que lhes interessa noticiar, devido à acção do *gatekeeper*, devem ser feitos esforços no sentido de

promover a imagem da PSP. No ponto 2.3 do nosso trabalho foi evidenciada a importância de ir sendo desenvolvida e apresentada uma boa imagem da instituição perante os OCS, de modo a que quando surjam situações onde a PSP é criticada, facto constatado pela enorme quantidade de críticas negativas presentes nos nossos resultados, exista já uma confiança na sua actuação que esteja bem sedimentada e não seja abalada por episódios como os que foram descritos nas notícias.

Ainda relacionado com as fontes, foi possível verificar que o único membro do Governo que se pronuncia sobre a actuação policial é o ministro da tutela, o Ministro da Administração Interna. Verifica-se que os OCS deram bastante importância ao que foi dito pelo ministro, tendo o seu discurso sido repetido em diversas notícias. Todo este mediatismo deve-se, porventura, pelo facto do MAI ter sempre defendido a PSP e a sua actuação nos eventos, uma vez que, em algumas notícias, o seu discurso era precedido ou seguido de opiniões contrastantes de manifestantes e representantes de movimentos/plataformas.

Um dos aspectos que mais evidencia que a PSP é o centro das atenções neste tipo de notícias está presente no facto de a categoria relacionada com os manifestantes ter sido a segunda com menos u.r. Todos os eventos por nós seleccionados correspondiam a manifestações ou greves gerais, ou seja, eles só ocorreram devido ao descontentamento da população. Porém, todas essas razões que levaram as pessoas à rua são postas de parte quando existe uma actuação da polícia. Inclusive, numa das notícias analisadas, o jornalista interrompe um manifestante quando, numa pergunta sobre as acções da polícia, este começa a mencionar o que o levou a estar presente.

No jornalismo televisivo, a notícia é composta por diversos elementos, sendo um deles o rodapé. Uma pessoa lhe dará mais importância do que outras, sendo certo, porém, que é um elemento que salta logo à vista para quem começa a ver uma notícia. Mais uma vez, o maior destaque é dado à polícia, especialmente aos resultados da sua actuação.

Verifica-se que os canais televisivos passam nas suas notícias uma grande quantidade de imagens da polícia em acção, especialmente em confrontos com os manifestantes. Verificou-se também que muitas destas imagens eram passadas em simultâneo com as entrevistas aos diversos participantes, especialmente durante os directos. Não esqueçamos que isto leva a que o telespectador desvie a sua atenção para as imagens que são passadas, em detrimento do que está a ser dito. Esta poderá ser uma “arma” a favor dos jornalistas, que assim desviam a atenção do seu público para os temas que lhes interessam. “A maneira como os *media* escolhem reportar e comentar os diversos acontecimentos e assuntos irá ter impacto e irá inevitavelmente influenciar o pensamento de muitos” (Fields, 2006, p.3). Será devido a este tipo de notícias que existe

a ideia de que os OCS apenas transmitem imagens da polícia a usar a força? Este é um tema que definitivamente merece ser estudado.

Por último, importa ainda salientar o grande número de vezes em que são passadas imagens provenientes de vídeos amadores, filmados na altura dos acontecimentos. Podemos assim ver que o jornalismo realizado pelo cidadão (*citizen journalism*) realmente é cada vez mais frequente, em muito graças ao avanço da tecnologia. Actualmente, qualquer cidadão tem capacidade de fotografar e filmar seja o que for e disponibilizar quase imediatamente esses conteúdos *on-line*. Este é mais um aspecto a ter em atenção pelas forças policiais. Qualquer acção mais musculada poderá ser facilmente captado por qualquer pessoa, fixando o momento. Mesmo que possa haver justificação para tais acções, os resultados mostram que, em apenas praticamente metade das vezes, os OCS mencionam os motivos que levaram a polícia a agir.

No que toca às imagens presentes nas notícias, poderia ter sido feita uma análise e descrição mais pormenorizada onde, por exemplo, poderia ser contabilizado o total de minutos de cada tipo de imagem contudo, devido às restrições de tempo tal não foi possível, o que representa uma limitação ao nosso trabalho.

Importa referir que, apesar de terem sido analisadas as notícias de três canais televisivos (RTP1, SIC e TVI), não foi realizado nenhuma análise comparativa entre as características das suas notícias, isto é, se existem ou não diferenças na forma como a actuação policial é noticiada entre os três canais.

Relativamente às categorias, ressaltamos o facto de ter havido alguma dificuldade em adaptar as grelhas já existentes nos trabalhos de Fernandes (1997), Gomes (2003) e Mealha (2009), uma vez que as anteriores foram criadas para analisar notícias de imprensa. As notícias televisivas possuem certas particularidades, como os directos e a possibilidade de a informação ser transmitida através das imagens, que dificultam a sua codificação.

Note-se que as conclusões retiradas dos nossos resultados não devem nem podem ser extrapoladas para todas as notícias sobre a actuação policial, uma vez que o nosso estudo apenas se cingiu aos grandes eventos de cariz político no ano de 2011. De todo o modo, este trabalho poderá abrir as portas a novas investigações sobre diferentes contextos, tendo em conta que o estudo da percepção dos OCS sobre a actuação policial é uma área ainda pouco estudada no nosso país. Ainda assim, o *corpus* analisado apresenta resultados interessantes e fornece os pontos que são mais focados pelos OCS nas notícias sobre a actuação policial, podendo esta informação ser aproveitada pelo GIRP da PSP para adaptar as suas políticas de *media management*.

## Referências

### Livros

Almeida, A. M. C., Cézar, G. T. V., Assis, I. R., Valente, M. M., Pereira, M. G., Oliveira, P. C., Martinelli, R., Boarim, R. R., & Oliveira, R. M. (2009). Sistema policial português. In M. M. Valente (Coord.), *Estudos comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em homenagem ao Superintendente-chefe Afonso de Almeida* (pp. 109-123). Coimbra: Almedina.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Beltrão, L., & Quirino, N. O. (1986). *Subsídios para uma teoria da comunicação de massa* (3ª ed.). São Paulo: Summus Editorial.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e métodos*. Porto: Porto Editora.

Bourdieu, P. (2001). *Sobre a televisão*. Lisboa: Celta.

Brandão, N. G. (2002). *O espectáculo das notícias: A televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Lisboa: Editorial Notícias.

Braumann, P. J. (2010). O que o digital irá mudar na informação televisiva e, em particular, no operador de serviço público. In J. F. Silveira, G. Cardoso, & A. Belo (Orgs.), *Telejornais no início do século XXI* (pp. 191-200). Lisboa: Edições Colibri.

Breed, W. (1999). Controlo social na redacção. Uma análise funcional. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (2ª ed., pp. 152-166). Lisboa: Vega.

Canotilho, G., & Moreira, Vital. (1993). *Constituição da república portuguesa anotada* (3ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

Cardoso, G., Espanha, R., & Araújo, V. (Orgs.) (2009). *Da comunicação de massa à comunicação em rede*. Porto: Porto Editora.

Cardoso, G., & Neto, P. P. (2010). A mediação do serviço público: Notícias e telejornal da RTP1. In J. F. Silveira, G. Cardoso, & A. Belo (Orgs.), *Telejornais no início do século XXI* (pp. 33-70). Lisboa: Edições Colibri.

Correia, J. C. (2004). Elementos para uma teoria da comunicação: Os contributos de Schutz e Luhmann para a “construção social da realidade”. In J. M. Santos, & J. C. Correia (Orgs.), *Teorias da comunicação* (pp. 29-51). Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Cascais, F. (2001). *Dicionário de jornalismo - as palavras dos media*. Lisboa: Editorial Verbo.

dellaPorta, D. (1996). Social movements and the state: Thoughts on the policing of protest. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp. 62-92). New York: Cambridge University Press.

Fernandes, L. (1997). Etnografia das drogas e do crime. In C. Da Agra (Coord.), *Droga-crime: Estudos interdisciplinares* (vol.10). Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.

Fernandes, L. F. (2005). SunTzu: A arte (e a ciência) da polícia. In G. M. da Silva, & M. M. Valente (Eds.), *Volume comemorativo dos 20 anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna* (pp. 329-356). Coimbra: Almedina.

Fontcuberta, M. (1999). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.

Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia científica: Fundamentos, métodos e técnicas*. (3.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Instituto Piaget.

Galtung, J, & Ruge, M. H. (1999). A estrutura do noticiário estrangeiro. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (2<sup>a</sup> ed., pp. 61-73). Lisboa: Vega.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1999). A produção social das notícias: O “mugging nos media. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (2<sup>a</sup> ed., pp. 224-250). Lisboa: Vega.

Herman, E. S., & Chomsky, N. (1988). *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. London: Vintage Books

Jespers, J. (1998). *Jornalismo televisivo: Princípios e métodos*. Coimbra: Minerva.

Katz, E. (2002). O fluxo de comunicação em dois níveis: Memória actualizada de uma hipótese. In J. P. Esteves (Org.), *Comunicação e sociedade. Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa* (pp. 61-78). Lisboa: Livros Horizonte.

Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2<sup>nd</sup> ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

McCarthy, J. D., Smith, J., & Zald, M. N. (1996). Accessing public, media, electoral, and governmental agendas. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.),



*Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp. 291-311). New York: Cambridge University Press.

McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Mesquita, M. (2004). *O quarto equívoco: Poder dos media na sociedade contemporânea* (2ª ed.). Coimbra: Minerva.

Molotch, H., & Lester, M. (1999). As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (2ª ed., pp. 34-51). Lisboa: Vega.

Oliveira, J. F. (2000). *A manutenção da ordem pública em Portugal* (1.ª ed.). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Pereira, F. C., & Veríssimo, J. (2010). Quanto valem as notícias? Publicidade e telejornais de horário nobre. In J. F. Silveira, G. Cardoso, & A. Belo (Orgs.), *Telejornais no início do século XXI* (pp. 171-190). Lisboa: Edições Colibri.

Postman, N., & Powers, S. (1992). *How to watch tv news*. London: Penguin Books.

Raposo, J. (2006). *Direito policial I*. Coimbra: Almedina.

Reiner, R. (2005). Policing and the media. In T. Newburn (Ed.), *Handbook of policing* (pp. 259-285). Cullompton: Willan Publishing.

Rodrigues dos Santos, J. (1992). *O que é comunicação*. Lisboa: Difusão Cultural.

Saperas, E. (1993). *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*. Porto: Edições Asa.

Serra, J. P. (2007). *Manual de teoria da comunicação*. Covilhã: Livros Labcom.

Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Strauss, A., & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. Newbury Park, CA: Sage.

Traquina, N. (Org.) (1999a). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (2ª ed.). Lisboa: Vega.

Traquina, N. (1999b). As notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (2ª ed., pp. 167-176). Lisboa: Vega.

Traquina, N. (2000). A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento. In N. Traquina, *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento* (pp. 13-46). Coimbra: Edições Minerva.

Traquina, N., Cabrera, A., Ponte, C., & Santos, R. (Org.) (2001). *O jornalismo português em análise de casos*. Lisboa: Editorial Caminho.

Traquina, N. (2002). *O que é jornalismo?* Lisboa: Quimera.

Vala, J. (1990). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (4.<sup>a</sup> ed., pp. 101-127). Porto: Edições Afrontamento.

Waddington, D. P. (2007). *Policing public disorder*. Cullompton: Willan Publishing.

Weaver, P. H. (1999). As notícias de jornal e as notícias de televisão. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (2<sup>a</sup> ed., pp. 294-305). Lisboa: Vega.

Weber, R. P. (1990). *Basic content analysis* (2<sup>nd</sup> ed.). Newbury Park, CA: Sage.

White, D. M. (1999). O gatekeeper: uma análise de caso na selecção de notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (2<sup>a</sup> ed., pp. 142-151). Lisboa: Vega.

Wolf, M. (1999). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

### **Teses, dissertações ou trabalhos de projecto**

Clemente, P. (2000). *A polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea da segurança pública* (Vol. I). Tese de doutoramento, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Gomes, S. F. (2003). *A pedofilia e o pedófilo na imprensa portuguesa durante a década de 1990: Análise de conteúdo do jornal público*. Monografia de licenciatura, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Mealha, T. I. M. (2009). *“Exclusão ou reintegração?”: Um estudo qualitativo sobre a reintegração social de reclusos*. Tese de mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Oliveira, J. F. (2002). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento* (Vol. I). Dissertação de mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento, não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Ramos, A. P. (2009). *“Porque ninguém neste mundo é perfeito!”: Um estudo sobre a delinquência juvenil*. Tese de Mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

### **Artigos científicos**

Canavilhas, J. (2001). *O domínio da informação espectáculo*. Retirado de: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-dominio-da-informacao-espectaculo-na-televisao.pdf>.

Druckman, J. N. (2001). On the limits of framing effects: Who can frame? *The Journal of Politics*, 63 (4), 1041-1066.

Fields, B. (2006). *School discipline coverage in Australian newspapers: Impact on public perceptions, educational decisions and policy*. Toowoomba, Australia: University of Southern Queensland. Retirado de <http://eprints.usq.edu.au/7159/>

Greer, C., & McLaughlin, E. (2010). We predict a riot? Public order policing, new media environments and the rise of the citizen journalist. *British Journal of Criminology*, 50, 1041-1059.

McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36, 176-87.

McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1993). The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas. *Journal of Communication*, 43 (2), 58-67.

Miller, J. M. (2007). Examining the mediators of agenda setting: A new experimental paradigm reveals the role of emotions. *Political Psychology*, 28 (6), 689-717.

Mutz, D. C. (1989). The influence of perceptions of media influence: third person effects and the public expression of opinions. *International Journal of Public Opinion Research*, 1 (1), 3-23.

Mythen, G. (2010). Reframing risk? Citizen journalism and the transformation of news. *Journal of Risk Research*, 13 (1), 45-58.

Sousa, J. P. (2002). *Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. Retirado de <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>

Sousa, J. P. (2008). *A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: Uma perspectiva ibérica*. Retirado de <https://bocc.ufp.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>

### **Diplomas legais e jurisprudência**

Lei n.º 2/99 de 13 de Janeiro, Diário da República, Iª Série - A, n.º 10, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 9/99 de 4 de Março, Diário da República, Iª Série - A, n.º 53, e alterada pelo artigo 57.º da Lei n.º 18/2003 de 11 de Junho, Diário da República, Iª Série - A, n.º 134.

Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto, Diário da República, Iª Série - A, n.º 155.

Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto, Diário da República, Iª Série, n.º 168.

# **ANEXOS**

## ANEXO 1. Quadro de distribuição de notícias

Nº	Grande Evento	Canal	Data	Hora emissão	Duração	Título	Fonte
1	15 de Outubro – “Indignados”	RTP1	15-Out-11	20:00:00	00:01:46	Manifestação de indignados terminou com incidentes junto à AR	RTP 1 - Telejornal
2	15 de Outubro – “Indignados”	RTP1	15-Out-11	20:01:00	00:07:10	Manifestação de indignados - Directo de Lisboa	RTP 1 - Telejornal
3	15 de Outubro – “Indignados”	SIC	15-Out-11	20:00:00	00:02:07	Manifestação dos "indignados" em Lisboa	SIC - Jornal da Noite
4	15 de Outubro – “Indignados”	SIC	15-Out-11	20:02:00	00:02:26	Manifestação dos "indignados" em Lisboa	SIC - Jornal da Noite
5	15 de Outubro – “Indignados”	SIC	15-Out-11	21:23:00	00:01:18	Manifestação dos "Indignados" em Lisboa	SIC - Jornal da Noite
6	15 de Outubro – “Indignados”	TVI	15-Out-11	20:00:00	00:01:08	Cerca de 1000 cidades e 80 países saíram à rua em protesto	Tvi - Jornal Das 8
7	15 de Outubro – “Indignados”	TVI	15-Out-11	20:30:00	00:00:50	PSP explicou os incidentes que ocorreram junto à AR	Tvi - Jornal Das 8
8	15 de Outubro – “Indignados”	RTP1	16-Out-11	13:00:00	00:03:29	Manifestantes detidos quando polícia desimpedia escadaria AR	Rtp 1 - Jornal Da Tarde
9	15 de Outubro – “Indignados”	RTP1	16-Out-11	20:00:00	00:07:24	Manifestação Indignados:Dezenas de pessoas cortaram rua frente à AR	RTP 1 - Telejornal
10	15 de Outubro – “Indignados”	TVI	16-Out-11	13:00:00	00:01:39	Terminou com tensão a manifestação dos indignados em frente à AR	TVI - Jornal da Uma
11	15 de Outubro – “Indignados”	TVI	16-Out-11	20:18:00	00:01:43	Terminou com tensão a manifestação dos indignados em frente à AR	TVI - Jornal das 8
12	24 de Novembro – Greve geral	RTP1	24-Nov-11	13:05:00	00:02:19	Início da greve geral marcado por incidente na estação da Carris	Rtp 1 - Jornal Da Tarde
13	24 de Novembro – Greve geral	RTP1	24-Nov-11	20:00:00	00:03:12	Greve geral: Incidentes entre polícia e manifestantes nas escadarias	Rtp 1 - Telejornal
14	24 de Novembro – Greve geral	RTP1	24-Nov-11	20:06:00	00:02:19	Greve geral: Manifestantes permanecem no local	Rtp 1 - Telejornal
15	24 de Novembro – Greve geral	RTP1	24-Nov-11	20:38:00	00:00:55	PSP chamada intervir por 2 vezes na estação da Carris	Rtp 1 - Telejornal
16	24 de Novembro – Greve geral	SIC	24-Nov-11	13:06:00	00:02:44	Piquetes da Carris e da Vimeca tentaram impedir a saída de autocarros	Sic - Primeiro Jornal
17	24 de Novembro – Greve geral	SIC	24-Nov-11	20:00:00	00:05:12	Dia de greve marcado por confrontos entre manifestantes e polícia	Sic - Jornal Da Noite
18	24 de Novembro – Greve geral	SIC	24-Nov-11	20:05:00	00:02:48	Greve geral afectou todos os sectores	Sic - Jornal Da Noite
19	24 de Novembro – Greve geral	SIC	24-Nov-11	20:19:00	00:03:32	Piquetes da Carris e Vimeca tentaram impedir a saída de autocarros	Sic - Jornal Da Noite
20	24 de Novembro – Greve geral	SIC	24-Nov-11	20:50:00	00:03:23	Confrontos na AR: 2 feridos ligeiros e 5 detidos na manifestação	SIC - Jornal da Noite
21	24 de Novembro – Greve geral	TVI	24-Nov-11	13:04:00	00:02:10	Manifestação na Vimeca	TVI - Jornal da Uma
22	24 de Novembro – Greve geral	TVI	24-Nov-11	13:06:00	00:00:51	PSP contra piquete na Carris	Tvi - Jornal Da Uma
23	24 de Novembro – Greve geral	TVI	24-Nov-11	20:00:00	00:02:17	Acabou em confrontos a manifestação deste dia de greve geral	TVI - Jornal das 8
24	24 de Novembro – Greve geral	TVI	24-Nov-11	20:02:00	00:06:10	Acabou em confrontos a manifestação deste dia de greve geral	TVI - Jornal das 8
25	24 de Novembro – Greve geral	TVI	24-Nov-11	20:08:00	00:02:19	Dia de greve ficou marcado por alguns incidentes	Tvi - Jornal Das 8
26	24 de Novembro – Greve geral	TVI	24-Nov-11	20:33:00	00:01:11	Acabou em confrontos a manifestação deste dia de greve geral	TVI - Jornal das 8
27	24 de Novembro – Greve geral	RTP1	25-Nov-11	13:00:00	00:02:48	Macedo confirma detenção de manifestantes	Rtp 1 - Jornal Da Tarde
28	24 de Novembro – Greve geral	RTP1	25-Nov-11	20:32:00	00:01:00	PSP abriu processo de averiguações	Rtp 1 - Telejornal
29	24 de Novembro – Greve geral	SIC	25-Nov-11	13:00:00	00:02:35	Confrontos no Parlamento: Governo apoia actuação da polícia	Sic - Primeiro Jornal

Nº	Grande Evento	Canal	Data	Hora emissão	Duração	Título	Fonte
30	24 de Novembro – Greve geral	SIC	25-Nov-11	13:02:00	00:02:17	Esta manhã foi de limpezas em frente à Assembleia da República	Sic - Primeiro Jornal
31	24 de Novembro – Greve geral	SIC	25-Nov-11	13:41:00	00:00:35	Sete detidos na manifestação de ontem	SIC - Primeiro Jornal
32	24 de Novembro – Greve geral	SIC	25-Nov-11	20:00:00	00:02:23	Governo diz que PSP fez o trabalho correcto nos incidentes	Sic - Jornal Da Noite
33	24 de Novembro – Greve geral	SIC	25-Nov-11	20:02:00	00:02:40	Agentes da PSP filmados a agredir uma pessoa	Sic - Jornal Da Noite
34	24 de Novembro – Greve geral	SIC	25-Nov-11	20:06:00	00:00:16	Agentes da PSP filmados a agredir uma pessoa	Sic - Jornal Da Noite
35	24 de Novembro – Greve geral	SIC	25-Nov-11	20:06:00	00:03:12	Confrontos no Parlamento - Análise	Sic - Jornal Da Noite
36	24 de Novembro – Greve geral	SIC	25-Nov-11	20:48:00	00:01:45	Agentes da PSP filmados a agredir uma pessoa	Sic - Jornal Da Noite
37	24 de Novembro – Greve geral	TVI	25-Nov-11	13:00:00	00:00:54	Incidentes junto à AR: Manifestantes estão a ser ouvidos no TIC	Tvi - Jornal Da Uma
38	24 de Novembro – Greve geral	TVI	25-Nov-11	13:03:00	00:00:59	Desacatos junto à AR: Miguel Macedo diferencia situações	Tvi - Jornal Da Uma
39	24 de Novembro – Greve geral	TVI	25-Nov-11	13:04:00	00:02:05	Desacatos junto à AR: Dois feridos e sete detidos	Tvi - Jornal Da Uma
40	24 de Novembro – Greve geral	TVI	25-Nov-11	20:25:00	00:01:59	Greve geral: Vídeo mostra agentes à civil a agredirem detido	TVI - Jornal das 8
41	24 de Novembro – Greve geral	SIC	26-Nov-11	13:41:00	00:03:04	PSP abre processo de averiguações a episódio de violência	Sic - Primeiro Jornal
42	24 de Novembro – Greve geral	SIC	26-Nov-11	20:41:00	00:02:52	Deputada Ana Drago presenciou agressões a jovem	Sic - Jornal Da Noite
43	24 de Novembro – Greve geral	TVI	26-Nov-11	13:29:00	00:02:07	Greve geral: Vídeo mostra agentes à civil a agredirem detido	TVI - Jornal da Uma
44	24 de Novembro – Greve geral	TVI	26-Nov-11	20:11:00	00:02:09	Plataforma 15 de Outubro pede à PGR abertura de inquérito à PSP	Tvi - Jornal Das 8
45	24 de Novembro – Greve geral	RTP1	29-Nov-11	13:03:00	00:01:04	Incidentes na greve geral	Rtp 1 - Jornal Da Tarde
46	24 de Novembro – Greve geral	RTP1	29-Nov-11	20:13:00	00:02:27	Greve geral: Director da PSP diz que não houve carga policial	RTP 1 - Telejornal
47	24 de Novembro – Greve geral	TVI	29-Nov-11	13:03:00	00:02:35	Plataforma 15 de Outubro deixa acusações à polícia	Tvi - Jornal Da Uma
48	24 de Novembro – Greve geral	RTP1	30-Nov-11	13:26:00	00:01:41	Miguel Macedo elogia actuação da polícia na greve geral	RTP 1 - Jornal da Tarde
49	24 de Novembro – Greve geral	TVI	1-Dez-11	13:03:00	00:01:08	Alemão detido na greve geral tem cadastro	Tvi - Jornal Da Uma

## ANEXO 2. Pedido de autorização para consulta da base CISION



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
**POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E  
SEGURANÇA INTERNA  
SECRETARIA ESCOLAR

Exmo. Senhor  
Director Nacional Adjunto para a Unidade  
Orgânica de Recursos Humanos  
(Departamento de Formação)

**S/Referência**

**S/Comunicação**

**N/Referência**

**Data**

310/SECDE/2011

2011-12-12

**Processo:**

**Classificador:** 080.10.02

**Assunto:** PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no ano de estágio, compreende a elaboração de um estudo que deverá obrigatoriamente incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora. Aos alunos finalistas, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna confere a possibilidade de escolherem livremente o assunto a abordar.

Um dos alunos do 5.º ano do CMICP, André Oliveira Serra, no âmbito do trabalho de dissertação a realizar, subordinado ao tema "A comunicação social e a actividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político", do qual é Orientadora a Professora Doutora Lúcia Pais, vem solicitar a V. Exa. que requeira, ao Departamento de Relações Públicas da PSP, autorização para a consulta da base CISION. A necessidade da consulta prende-se com o facto da mesma conter todas as notícias relativas à actuação policial.

O Director

José Ferreira de Oliveira  
Superintendente





## ANEXO 3. Quadro categorial

**A – Categoria “Manifestantes”** - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

**A.1 – Subcategoria “Razões intrínsecas”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (2)<sup>4</sup>: *“é essa a minha preocupação, a minha principal preocupação”*.

**A.2 – Subcategoria “Razões extrínsecas”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (24): *“Portugal está prestes a passar o seu pior Natal de sempre”*.

**A.3 – Subcategoria “Caracterização”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex. (2): *“São cidadãos normais que se estão a manifestar”*.

**B – Categoria “PSP”** - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua actuação em grandes eventos.

**B.1 – Subcategoria “N.º de elementos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (17): *“A PSP destacou para o local cerca de 80 elementos”*.

**B.2 – Subcategoria “Subunidade/origem”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (12): *“Foi chamado o Corpo de Intervenção da PSP”*.

---

<sup>4</sup> Entre parênteses encontra-se o número da notícia, cf. Anexo 1, da qual se retirou o exemplo.

**B.3 – Subcategoria “Dispositivo”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

Ex. (8): *“fizemos aqui (...), uma linha de ordem pública”*.

**B.4 – Subcategoria “Motivos da actuação”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a actuação policial.

Ex. (3): *“Os manifestantes derrubaram as baias e invadiram um espaço que lhes estava vedado”*.

**B.5 – Subcategoria “Descrição da actuação”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a actuação policial.

Ex. (13): *“Estão a carregar nos protestantes com bastões”*.

**B.6 – Subcategoria “Resultados/Consequências da actuação”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da actuação policial (detenções, feridos, etc).

Ex. (26): *“No final, sete pessoas foram detidas”*.

**C – Categoria “Discurso Directo”** – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso directo. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

**C.1 – Subcategoria “Manifestante”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (12): *“Nós estávamos aqui a fazer o nosso papel”*.

**C.2 – Subcategoria “Fonte policial”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex. (45): *“Claro que depois a polícia está lá para isso, é para impedir que um órgão de soberania, a Assembleia da República, seja invadida”*.

**C.3 – Subcategoria “Político”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, excepto membros do Governo.

Ex. (42): *“E é preciso que haja uma explicação deste tipo de actuação por parte da polícia”*.

**C.4 – Subcategoria “Membros do Governo”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

Ex. (32): *“Todos compreendemos que gerar dificuldades maiores do ponto de vista de desordem pública só agrava a situação em que nós estamos”.*

**C.5 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

Ex. (35): *“O que é que caracteriza a polícia, entre outras coisas, é poder usar a força”.*

**C.6 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex. (24): *“a plataforma 15 de Outubro é pacífica”.*

**C.7 – Subcategoria “Sindicatos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex. (19): *“Nós dirigentes sindicais da empresa não temos qualquer intervenção”.*

**C.8 – Subcategoria “Palavras de ordem”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex. (12): *“Povo, unido, jamais será vencido”.*

**C.9 – Subcategoria “Outros”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

**D – Categoria “Instâncias”** – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer actor. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da actuação policial em grandes eventos, quais as mais e menos referenciadas.

**D.1 – Subcategoria “Governo”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou os Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex. (32): *“O Governo não admite o receio de que os conflitos possam continuar”*.

**D.2 – Subcategoria “Assembleia da República”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex. (8): *“a Assembleia da República que é, concordaram todos comigo, a casa do povo”*.

**D.3 – Subcategoria “Agências Noticiosas”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

Ex. (12): *“em declarações à agência Lusa”*.

**D.4 – Subcategoria “Instâncias Judiciárias”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

**D.5 – Subcategoria “Instituições”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex. (2): *“vieram até cá, todos em uníssono dizer que estão contra este caminho que Portugal está a seguir, um caminho de subserviência à Troika e à União Europeia”*.

**E – Categoria “Discurso Indirecto”** - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso indirecto, ou seja, todas as declarações efectuadas pelos diversos actores através das palavras dos OCS.

**E.1 – Subcategoria “Manifestante”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (9): *“Dizem que não vão parar com as acções de protesto”*.

**E.2 – Subcategoria “Fonte Policial”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex. (7): *“Há momentos a PSP explicou os incidentes que ocorreram”*.

**E.3 - Subcategoria “GNR”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

Ex. (25): *“A GNR garante que estava apenas a cumprir a lei”*.

**E.4 – Subcategoria “Político”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, excepto Membros do Governo.

Ex. (42): *“A deputada contou à SIC que pediu sem sucesso que os agentes fardados identificassem os agressores”*.

**E.5 – Subcategoria “Membros do Governo”** – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex. (12): *“As imagens da carga policial sobre um jovem alemão, diz o Ministro da Administração Interna, não devem ser vistas de forma isolada”*.

**E.6 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

**E.7 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex. (46): *“Mas os promotores da manifestação acusam agentes à civil de ter incitado à violência”*.

**E.8 – Subcategoria “Sindicatos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex. (19): *“O representante sindical dos trabalhadores da Vimeca, denunciou o ambiente de intimidação com a presença da polícia”*.

**E.9 – Subcategoria “Outros”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

**F – Categoria “Enquadramento/Descrição”** - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

**F.1 – Subcategoria “Data/hora”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

Ex. (47): *“a manifestação do dia 24 de Novembro”*.

**F.2 – Subcategoria “Local”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex. (3): *“A manifestação estava já há algum tempo junto à Assembleia da República”.*

**F.3 – Subcategoria “Nome do evento”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex. (10): *“a manifestação dos indignados”.*

**F.4 – Subcategoria “Percurso”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajecto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex. (6): *“o protesto arrancou no Marquês de Pombal, seguiu depois para o Parlamento”.*

**F.5 – Subcategoria “Objectivos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

Ex. (2): *“querem promover acções de desobediência civil espontâneas para os próximos dias”.*

**F.6 – Subcategoria “Justificação/Motivos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex. (24): *“estas pessoas prometem luta contínua até que vejam satisfeitas as suas pretensões, ou seja, que pelo menos possam ser ouvidos pelo Governo”.*

**F.7 – Subcategoria “Caracterização”** - Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex. (4): *“uma vez que este evento foi anunciado como pacífico”.*

**F.8 – Subcategoria “N.º de manifestantes”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex. (1): *“As manifestações de indignados em Portugal juntaram milhares de pessoas num protesto”.*

**G – Categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”** - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjectiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes.

Pretendemos aceder ao que é referido subjectivamente para justificar actores e actos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

**G.1 – Subcategoria “Actuação policial”**

Ex. (40): *“A actuação das forças de segurança na manifestação de ontem está a levantar polémica”*.

**G.2 – Subcategoria “Manifestantes”**

Ex. (13): *“e essa manifestação [intenção de derrubar o sistema político] foi clara”*.

**G.3 – Subcategoria “Enquadramento/Descrição do Evento”**

Ex. (3): *“um incidente junto às baías de segurança incendiou o protesto”*.

## ANEXO 4. Resultados obtidos da codificação das notícias

Categorias		Σ u.r.	Subcategorias		Σ u.r.
A	Manifestantes	74	A.1	Razões intrínsecas	16
			A.2	Razões extrínsecas	24
			A.3	Caracterização	34
B	PSP	533	B.1	Nº de elementos policiais	16
			B.2	Subunidade/origem	52
			B.3	Dispositivo	3
			B.4	Motivos da actuação	120
			B.5	Descrição da actuação	221
			B.6	Resultados/Consequências da actuação policial	121
C	Discurso Directo	234	C.1	Manifestante	86
			C.2	Fonte Policial	48
			C.3	Político	18
			C.4	Membros do Governo	10
			C.5	Perito/ comentador/ especialista	27
			C.6	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	11
			C.7	Sindicatos	10
			C.8	Palavras de ordem	24
			C.9	Outros	0
D	Instâncias	32	D.1	Governo	18
			D.2	Assembleia da República	7
			D.3	Agências Noticiosas	5
			D.4	Instâncias Judiciárias	0
			D.5	Instituições	2
E	Discurso Indirecto	132	E.1	Manifestante	23
			E.2	Fonte Policial	47
			E.3	GNR	8
			E.4	Político	6
			E.5	Membros do Governo	21
			E.6	Perito/ comentador/ especialista	0
			E.7	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	19
			E.8	Sindicatos	8
			E.9	Outros	0
F	Enquadramento/ Descrição	467	F.1	Data/Hora	52
			F.2	Local	154
			F.3	Nome do evento	33
			F.4	Percurso	1
			F.5	Objectivos	9
			F.6	Justificação/Motivos	5
			F.7	Caracterização	188
			F.8	Nº Manifestantes	25
G	Sistema Explicativo Espontâneo	84	G.1	Actuação policial	25
			G.2	Manifestantes	24
			G.3	Enquadramento/Descrição do Evento	35
TOTAL		1555			1555



## ANEXO 5. Resultados obtidos da codificação dos rodapés das notícias

Categorias		Σ u.r.	Subcategorias		Σ u.r.
A	Manifestantes	0	A.1	Razões intrínsecas	0
			A.2	Razões extrínsecas	0
			A.3	Caracterização	0
B	PSP	93	B.1	Nº de elementos policiais	2
			B.2	Subunidade/origem	18
			B.3	Dispositivo	1
			B.4	Motivos da actuação	13
			B.5	Descrição da actuação	26
			B.6	Resultados/Consequências da actuação policial	33
C	Discurso Directo	14	C.1	Manifestante	0
			C.2	Fonte Policial	0
			C.3	Político	0
			C.4	Membros do Governo	7
			C.5	Perito/ comentador/ especialista	4
			C.6	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	0
			C.7	Sindicatos	3
			C.8	Palavras de ordem	0
			C.9	Outros	0
D	Instâncias	2	D.1	Governo	2
			D.2	Assembleia da República	0
			D.3	Agências Noticiosas	0
			D.4	Instâncias Judiciárias	0
			D.5	Instituições	0
E	Discurso Indirecto	37	E.1	Manifestante	2
			E.2	Fonte Policial	15
			E.3	GNR	0
			E.4	Político	3
			E.5	Membros do Governo	5
			E.6	Perito/ comentador/ especialista	0
			E.7	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	1
			E.8	Sindicatos	6
			E.9	Outros	5
F	Enquadramento/ Descrição	241	F.1	Data/Hora	7
			F.2	Local	117
			F.3	Nome do evento	63
			F.4	Percurso	0
			F.5	Objectivos	1
			F.6	Justificação/Motivos	1
			F.7	Caracterização	49
			F.8	Nº Manifestantes	3
G	Sistema Explicativo Espontâneo	5	G.1	Actuação policial	1
			G.2	Manifestantes	2
			G.3	Enquadramento/Descrição do Evento	2
TOTAL		392			392

## ANEXO 6. Tipos de imagens

**A** – Tipo “**Directo**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens que sejam transmitidas em directo.

**B** – Tipo “**Diferido**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens que sejam transmitidas em diferido, ou seja, que tenham sido gravadas previamente à sua transmissão.

**C** – Tipo “**Imagens amadoras**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens provenientes de filmagens amadoras, isto é, que tenham sido filmadas por outras pessoas que não os jornalistas ou profissionais na área da comunicação.

**D** – Tipo “**Imagens de jornalistas no terreno**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde seja focado o jornalista que noticia o acontecimento no terreno, ou seja, sempre que o jornalista fala para a câmara.

**E** – Tipo “**Imagens de entrevistados**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde seja focada a pessoa que está a ser entrevistada pelo jornalista.

**F** – Tipo “**Imagens de manifestantes**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes, excepto quando estão a ser entrevistados.

**F.1** – Tipo “**Pacíficos**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes a manifestarem-se pacificamente, isto é, não causando distúrbios e seguindo as indicações da polícia.

**F.2** – Tipo “**Agitados**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes um pouco exaltados, por exemplo, a tentar passar as barreiras de segurança ou a provocar a polícia.

**F.3** – Tipo “**Violentos**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes a agir de forma violenta, como por exemplo, a derrubar as grades de segurança ou a empurrar as forças policiais.

**G** – Tipo “**Imagens da polícia**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam focados os polícias, excepto quando estão a ser entrevistados.

**G.1** – Tipo “**Cordão policial**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os agentes policiais dispostos em linha a impedir a passagem dos manifestantes.

**G.2** – Tipo “**Confrontos com manifestantes**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os policiais em confrontos com os manifestantes.

**G.3** – Tipo “**Utilização da força**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os agentes da autoridade a fazer o uso da força para restabelecer a ordem.

**G.4** – Tipo “**A efectuar detenções**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os agentes policiais a deter os prevaricadores.

## ANEXO 7. Resultados obtidos da contabilização das imagens das notícias

<b>Tipo</b>	<b><math>\Sigma</math></b>	<b>Subtipo</b>	<b><math>\Sigma</math></b>
<b>A</b> Directo	<b>8</b>		
<b>B</b> Diferido	<b>41</b>		
<b>C</b> Imagens amadoras	<b>16</b>		
<b>D</b> Imagens de jornalistas no terreno	<b>18</b>		
<b>E</b> Imagens de entrevistados	<b>90</b>		
		<b>F.1</b> Pacíficos	<b>34</b>
<b>F</b> Imagens de manifestantes	<b>97</b>	<b>F.2</b> Agitados	<b>39</b>
		<b>F.3</b> Violentos	<b>24</b>
		<b>G.1</b> Cordão policial	<b>44</b>
<b>G</b> Imagens da polícia	<b>192</b>	<b>G.2</b> Confrontos com manifestantes	<b>58</b>
		<b>G.3</b> Utilização da força	<b>46</b>
		<b>G.4</b> A efectuar detenções	<b>44</b>
<b>TOTAL</b>	<b>462</b>		<b>289</b>

## **ANEXO 8. A espiral do silêncio**

A teoria da espiral do silêncio, criada por Elisabeth Noëlle-Neuman em 1973, centra-se na opinião de cada um, ou seja, qual a posição que cada pessoa toma face à opinião pública e à opinião dos outros. Segundo Mutz (1989, p.5) “esta teoria prevê que as percepções do «clima de opinião» que resulta das apresentações dos *mass media* encorajam alguns a falar e a expressar as suas opiniões, enquanto outros permanecem calados e se retiram do debate público”. Qualquer pessoa por natureza teme o isolamento social, como tal, com vista à sua integração social, as pessoas tendem a observar quais são as opiniões e os comportamentos mais populares e seguem-nos.

Assim, quem partilha da opinião dominante não tem qualquer problema em se expressar, enquanto quem partilha da opinião contrária tem tendência a permanecer calado. É assim criado um processo em espiral, cujo resultado leva “os indivíduos a perceber as mudanças de opinião e a segui-las até que uma opinião se estabelece como a atitude prevalecente, enquanto que as outras opiniões são rejeitadas ou evitadas por todos, à excepção dos duros de espírito, que persistem na sua opinião” (Noelle-Neumann, cit. in Sousa, 2006, p.508).

Nesta teoria o poder de influência dos OCS é ampliado, isto porque, sobre um qualquer tema, ou focam a opinião dominante, tornando-a ainda mais forte, ou então, focam as opiniões que parecem dominantes quando na realidade não o são, de modo a ter acesso a uma qualquer minoria influente (Sousa, 2006). Como tal, a noção de opinião pública não é verdadeira porque está condicionada pelos OCS. Para não se isolarem da comunidade, as pessoas necessitam de estar constantemente atentas às mudanças que ocorrem no meio social, o que significa que “as pessoas necessitam de consumir as informações veiculadas pelos órgãos de comunicação que, por sua vez, exercem sobre elas uma influência forte e directa, a curto ou longo prazo, provocando mudanças de opinião e de atitude” (Sousa, 2006, p.509).

O estudo da comunicação tem suscitado intensos debates que opõem diferentes autores, na constante tentativa de perceber e definir em que moldes funciona a comunicação entre as pessoas, especialmente através dos OCS. Com a nossa explanação de algumas teorias existentes, é possível observar que os OCS detêm um enorme poder, sendo capazes de influenciar o seu público e a sua percepção de quais os temas tidos como socialmente relevantes.